



**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 401.699/2025**

ITEM	ÍNDICE CONTEÚDO	PÁGINA
01	PREÂMBULO	02
02	OBJETO	02
03	PRAZO	02
04	PREÇO ESTIMADO	03
05	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	03
06	DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS	03
07	CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO	03
08	PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI)	05
09	VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO CERTAME	06
10	APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS PELOS LICITANTES	08
11	ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA	09
12	ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS	09
13	FORMULAÇÃO DE LANCES	11
14	CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS	12
15	NEGOCIAÇÃO DAS PROPOSTAS	14
16	CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO	15
17	DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO	16
18	RECURSOS	20
19	ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO	20
20	NOTA DE EMPENHO	21
21	CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	22
22	REAJUSTAMENTO E REVISÃO DE PREÇOS	23
23	FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL	25
24	RECEBIMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO	28
25	SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	30
26	GARANTIA CONTRATUAL	31
27	ANULAÇÃO E DA REVOGAÇÃO DA LICITAÇÃO	31
28	CUMPRIMENTO DA LEI FEDERAL Nº 13.709/2018 (LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - LGPD)	
29	IMPUGNAÇÃO E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO	32
30	DISPOSIÇÕES FINAIS	33
31	DOCUMENTAÇÃO FORNECIDA EM ANEXO	34
32	FORO	34
<b>ANEXOS</b>		
I	TERMO DE REFERÊNCIA	33/50
II	MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS	51/69
III	MINUTA CONTRATUAL	67/84



## PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026

### 1. PREÂMBULO

1.1. **O Município de Macaé**, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação para **AMPLA PARTICIPAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO**, e adjudicação **GLOBAL**, sob regime de **EXECUÇÃO INDIRETA** de **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO** nos termos da Lei Federal n.º 14.133/2021, Lei Municipal n.º 4.960/2022, Decreto Municipal n.º 032/2026, Decreto Municipal n.º 026/2023, Decreto Municipal n.º 255/2025 e a Lei Complementar Federal n.º 123/06 e suas alterações posteriores.

1.1. Data da sessão: 22/06/2026

1.2. Horário: 10:00 horas (Horário de Brasília)

1.3. Local: Portal do Município de Macaé:  
<https://sistemas.macaee.rj.gov.br:840/transparencia/contratacoes/licitacoespesquisa> ou  
Portal de Compras do Governo Federal: <https://www.compras.gov.br>

1.4. UASG: **927152**

### 2. OBJETO

2.1. O objeto desta licitação trata-se de **contratação de empresa especializada para prestação de serviços de reprocessamento, reesterilização e esterilização em óxido de etileno de materiais médicos hospitalares**, visando atender as necessidades das unidades hospitalares Hospital Público Municipal Dr. Fernando Pereira da Silva – HPM e Hospital Público Municipal da Serra Evangelina Flores – HPMS e das unidade de urgência e emergência Pronto Socorro Municipal do Parque Aeroporto – PSA, Pronto Socorro Municipal da Imbetiba – PSM, Unidade de Pronto Atendimento da Barra – UPA BARRA e Unidade de Pronto Atendimento do Lagomar – UPA LAGOMAR, vinculadas a Secretaria Executiva de Alta e Média Complexidade – SEAMC e a Secretaria Municipal de Saúde - SEMUSA, conforme condições, quantidades e especificações contidas no Termo de Referência - ANEXO I deste edital.

2.2. No caso de divergência entre a especificação contida neste edital e no Sistema Comprasnet SIASG, prevalecerão as **INFORMAÇÕES ADICIONAIS** descritas neste edital.

### 3. PRAZO E FORNECIMENTO

3.1. O prazo de execução dos serviços, a serem executados de forma contínua, será de 01 (um) ano, a contar da assinatura do instrumento contratual, e ainda, podendo ser prorrogado sucessivamente até 10 (dez) anos, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, uma vez que se trata de serviço que possui especificações, padrões de desempenho e qualidades usuais do mercado.

3.2. A empresa Contratada deverá iniciar os serviços ora solicitados em até 10 (dez) dias corridos, a contar do recebimento da Ordem de Serviço.



## **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026**

3.3. Os serviços prestados, objeto deste edital será no local descrito no **subitem 5.3.1 ao 5.3.6. do TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I deste Edital)**, 02 (dois) dias da semana, de segunda a sexta-feira, das 08:00h as 17:00h, aos cuidados dos servidores responsáveis pela fiscalização da contratação.

### **4. PREÇO ESTIMADO**

4.1. O preço total estimado da presente licitação é **R\$ 8.641.809,80 (Oito milhões seiscentos e quarenta e um mil oitocentos e nove reais e oitenta centavos)**, conforme **MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS – ANEXO II** deste Edital.

4.2. O valor descrito acima constitui mera estimativa, não se obrigando o Município de Macaé a utilizá-lo integralmente.

### **5. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

5.1. As despesas oriundas deste Edital correrão por conta dos recursos orçamentários, conforme abaixo:

5.1.1. Programa de trabalho nº: **10.302.0009.2.254000**

5.1.2. Elemento de Despesa nº: **3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PJ**

5.1.3. Código Reduzido nº: **º.: 1763**

5.1.4. Fonte de recurso nº: **600**

### **6. DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS**

6.1. As propostas devem indicar o preço líquido unitário, em moeda nacional. No referido preço deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, que eventualmente incidam sobre a operação; ou, ainda, despesas com transporte ou terceiros, que correrão por conta do licitante vencedor.

### **7. CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO**

7.1. Para o item do ANEXO II deste Edital, poderão participar deste pregão **quaisquer** empresas que:

7.1.1. Estejam previamente credenciadas no sistema eletrônico, por meio do sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br);

7.1.1.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao provedor do sistema, bem como deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções dos gestores do Sistema Comprasnet SIASG para sua correta utilização;



**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026**

- 7.1.2. Estejam legalmente estabelecidas e especializadas na atividade pertinente ao objeto deste pregão, devendo ser comprovado pelo contrato social;
- 7.1.3. Declarem, em campo próprio do sistema eletrônico, que possuem os documentos necessários de habilitação previstos neste edital, sendo que a declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e à proposta comercial sujeitará a licitante às sanções previstas neste edital.
- 7.2. No momento de inserção da proposta no Sistema Comprasnet SIASG, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema informatizado, que firmou a Declaração de Elaboração Independente de Proposta.
- 7.3. O licitante que se enquadrar como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual (MEI) deverá declarar, no momento de inserção de sua proposta, junto ao sistema eletrônico, que cumpre os requisitos previstos na Lei Complementar n.º 123, de 14.12.2006, e no art. 4º, §2º da Lei 14.133/2021.
- 7.4. O licitante, ou grupo, suas filiais ou empresas que fazem parte de um grupo econômico ou financeiro, somente poderá apresentar uma única proposta de preços. Caso um licitante participe em mais de uma proposta de preços, estas propostas não serão levadas em consideração e serão rejeitadas.
- 7.5. Para tais efeitos entende-se que fazem parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro, as empresas que tenham diretores, acionistas (com participação em mais de 5%), ou representantes legais comuns, e aqueles que dependam ou subsidiem econômica ou financeiramente a outra empresa.
- 7.6. Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar da licitação quando:
- 7.6.1. A constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764/1971, a Lei nº 12.690/2012, e a Lei Complementar nº 130/2009;
- 7.6.2. A cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;
- 7.6.3. Qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas;
- 7.6.4. O objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.



**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026**

**8. PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI)**

- 8.1. A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato ou retirada de nota de empenho, no entanto, por ocasião da participação neste certame licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para tanto, mesmo que esta apresente alguma restrição;
- 8.2. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal exigida neste edital, será assegurado à microempresa ou empresa de pequeno porte adjudicatária deste certame o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do momento em que for declarada a vencedora, prorrogáveis por igual período, a critério da **Administração do Município de Macaé**, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;
- 8.3. A falta de regularização da documentação no prazo previsto neste edital implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes para celebrar a contratação, na ordem de classificação, cancelar o item ou revogar a licitação.

**9. VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO CERTAME**

- 9.1. Não poderão participar desta licitação pessoas físicas ou jurídicas:
- 9.1.1. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 9.1.1.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 9.1.2. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 9.1.3. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 9.1.3.1. O impedimento será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.



**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026**

- 9.1.4. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;
- 9.1.5. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 9.1.6. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
- 9.1.7. Sociedades empresárias que estiverem em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação judicial ou extrajudicial;
- 9.1.8. Será permitida a participação de empresa em recuperação judicial com plano de recuperação homologado pela autoridade judiciária competente, visto que nesse contexto há plausibilidade de capacidade econômico-financeira, devendo, então, demonstrar-se além da referida homologação judicial os demais requisitos para habilitação econômico-financeira.
- 9.1.9. Que tenham entre seus sócios o Prefeito, seus auxiliares diretos, Vice-Prefeito ou Vereadores, bem como as pessoas ligadas a qualquer deles por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, até o segundo grau, ou por adoção, subsistindo a proibição até 06 (seis) meses após findas as respectivas funções, nos termos do artigo 41 da Lei Orgânica do Município e artigo 9º §1º, da Lei 14.133/21 c/c artigo 26, § 4º da Lei Federal 8.080/90.
- 9.1.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, conforme a Lei 4960/2022.
- 9.1.11. As vedações de que trata o art. 9º da Lei 14.133/21, estendem-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.



### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026**

9.1.12. Será considerado comportamento inidôneo, o comparecimento na licitação do interessado que se apresente para participar do procedimento licitatório e esteja enquadrado nas hipóteses dos impedimentos e vedações aqui elencados.

9.1.13. Reunidas em consórcio;

9.1.13.1. Admitir ou negar a participação de consórcios é o resultado de um processo de avaliação da realidade do mercado em face do objeto a ser licitado e da ponderação dos riscos inerentes à atuação de uma pluralidade de sujeitos associados para a execução do objeto.

9.1.13.2. No presente caso, os requisitos para **prestação de serviços de reprocessamento, reesterilização e esterilização em óxido de etileno de materiais médicos hospitalares** são simplificados e o objeto licitado através de pregão eletrônico, do tipo **menor preço global**, o que amplia a possibilidade de participação de diversos licitantes, sendo mantida a competitividade sem a participação de empresas consorciadas.

## **10. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS PELOS LICITANTES**

10.1. Após a divulgação do edital no sítio eletrônico, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

10.1.1. A etapa de que trata o **subitem 10.1** será encerrada com abertura da sessão pública.

10.2. O envio da proposta, nos termos do disposto no **item 10.1**, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

10.3. No momento de inserção da proposta, a licitante deverá registrar correlatamente as seguintes situações:

10.3.1.1. Manifestar, em campo próprio do sistema informatizado, que firmou a Declaração de Elaboração Independente de Proposta;

10.3.1.2. Declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências desse Edital e do Termo de Referência;

10.3.1.3. Declarar, em campo próprio do Sistema, sob pena de inabilitação, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos;





### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026**

10.3.1.4. Declarar em campo próprio do sistema eletrônico, caso esteja enquadrada na condição de microempresas (ME) ou empresas de pequeno porte (EPP), que ostenta os requisitos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei.

10.3.1.5. Declara, em campo próprio do sistema eletrônico, sob pena de inabilitação, que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme previsto no inciso IV do artigo 63 da Lei Federal nº 14.133/2021;

10.3.1.6. Declara, em campo próprio do sistema eletrônico, sob pena de inabilitação, que cumpre a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis;

10.4. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas no edital.

10.5. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

10.6. Na etapa de apresentação da proposta, observado o disposto no **item 10.1**, não haverá ordem de classificação das propostas, o que ocorrerá somente após os procedimentos de que trata o **item 15 do edital**.

10.7. A proposta deverá ser inserida no Sistema Comprasnet SIASG no momento do registro dos valores, no campo próprio, e a licitante deverá consignar de forma expressa:

10.7.1. Que compreende a descrição dos **serviços** ofertados, os preços unitários e totais dos itens para os quais pretende oferecer proposta, de acordo com o termo de referência – **anexo I** deste edital;

10.7.2. Que a proposta formulada está compatível com o edital e seus anexos;

10.7.3. O prazo de **execução dos serviços**, contados do recebimento da Ordem de Serviço;

10.7.4. O prazo de validade da proposta comercial, que será de 90 (noventa) dias, contados da data da abertura da sessão pública.

10.8. Se por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta, e caso persista o interesse do Município de Macaé, este poderá solicitar a prorrogação da validade da proposta por igual prazo.





## **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026**

10.9. A licitante que apresentar proposta incompatível com as especificações editalícias será desclassificada e não participará da etapa de lances.

10.10. Qualquer elemento que possa identificar a licitante, antes da etapa de lances, importa a desclassificação de sua proposta.

### **11. ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

11.1. A abertura da sessão pública deste **PREGÃO ELETRÔNICO**, conduzida pelo pregoeiro, ocorrerá na data e hora indicadas no preâmbulo deste edital, no endereço eletrônico

<https://sistemas.macaerj.gov.br:840/transparencia/contratacoes/licitacoespesquisa> ou  
<https://www.compras.gov.br>

11.2. A comunicação entre o pregoeiro e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico (chat).

11.3. Cabe à licitante acompanhar as operações e convocações durante a sessão pública até o encerramento definitivo no sistema eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

### **12. ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS**

12.1. Como critério para a análise da conformidade das propostas serão observados os requisitos do **TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I** e do Modelo de **PROPOSTA DE PREÇOS – ANEXO II** deste edital.

12.1.1. É exigido dos licitantes, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, mediante preenchimento em campo próprio do sistema ou, na sua falta, na forma do **ANEXO II** deste edital.

12.2. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital, desde que insanáveis.

12.3. Somente as licitantes com propostas aceitas participarão da fase de lances.

12.4. Como critério de julgamento das propostas, será adotado o **MENOR PREÇO GLOBAL**.

12.5. Como critério de aceitabilidade de preços das propostas serão adotados os preços unitários estimados, ou seja, após a fase de lances não serão aceitas propostas



## **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026**

cujo(s) preço(s) unitário(s) seja(m) superior(es) ao(s) estimado(s) no **TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I** deste edital.

- 12.6. Os preços deverão ser apresentados em moeda corrente nacional e os **valores UNITÁRIO e TOTAL do(s) item(ns)** deverá(ão) conter até **02 (duas) casas decimais**. Caso a licitante não atenda esta condição, o pregoeiro desconsiderará os dígitos excedentes.

### **13. FORMULAÇÃO DE LANCES**

- 13.1. Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, para os itens que pretende participar, sendo imediatamente informadas do recebimento e respectivo horário de registro e valor.
- 13.2. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, não sendo aceitos dois ou lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema.
- 13.3. A licitante somente poderá ofertar lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.
- 13.3.1. A licitante poderá, ainda, apresentar lances iguais ou superiores ao lance melhor classificado, desde que inferiores ao último lance dado pela própria licitante.
- 13.4. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **R\$ 0,01 (um centavo de real)**.
- 13.5. Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da ofertante.
- 13.6. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.
- 13.7. Durante a fase de lances, o pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor for considerado inexecutável.
- 13.7.1. Considerar-se-á inexecutável na fase de lances os valores aparentemente irrisórios.
- 13.8. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 13.9. Será adotado para envio de lances no pregão eletrônico o modo disputa **“aberto”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.



## **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026**

- 13.9.1. A etapa de envio de lances na sessão pública durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 13.9.2. A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o subitem **13.9.** e **13.9.1.**, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.
- 13.9.3. Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida nos subitens **13.9.** e **13.9.1.**, a sessão pública será encerrada automaticamente.
- 13.9.4. Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), será admitido o reinício da disputa aberta, nos termos estabelecidos no instrumento convocatório, para a definição das demais colocações.
- 13.9.5. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto no subitem **13.9.** e **13.9.1.**, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

## **14. CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS**

14.1. Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte até 5% (cinco por cento) superior ao preço da melhor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:

14.1.1. A microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, contado do envio da mensagem automática pelo sistema, apresentar uma última oferta, obrigatoriamente abaixo da primeira colocada, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias, será adjudicado em seu favor o objeto deste pregão;

14.1.2. Não tendo apresentado oferta inferior ao menor valor da etapa de lances, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma do subitem anterior, o sistema, de forma automática, convocará as licitantes remanescentes que porventura se encontrem na situação descrita nesta condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

14.1.3. Na hipótese da não contratação nos termos previstos na condição anterior, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente mais bem classificada, cumpridos os demais requisitos estabelecidos no instrumento convocatório.

14.2. Serão desclassificadas as propostas que:



**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026**

14.2.1. Contiverem vícios insanáveis;

14.2.2. Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

14.2.3. Apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

14.2.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração, por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão;

14.2.5. Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

14.3. A verificação da conformidade das propostas será feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

14.4. A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada.

14.5. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

14.5.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

14.5.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos no artigo 60, II, da Lei Federal nº 14.133/2021;

14.5.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

14.5.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

14.6. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

14.6.1. Empresas estabelecidas no território do Estado do Rio de Janeiro;

14.6.2. Empresas brasileiras;

14.6.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;



**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026**

14.6.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

14.6.5. O objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente mais bem classificada se, após negociação, houver compatibilidade de preço com o valor estimado para a contratação e a licitante for considerada habilitada.

14.6.6. Permanecendo empate após aplicação de todos os critérios de desempate de que trata o art. 60 da Lei nº 14.133/2021, proceder-se-á sorteio das propostas empatadas a ser realizado em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

**15. NEGOCIAÇÃO DAS PROPOSTAS**

15.1. Após o encerramento da etapa de lances, concedido o benefício às microempresas e empresas de pequeno porte, de que trata o artigo 44 da Lei Complementar nº 123/06, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida a melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste edital.

15.2. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelas demais licitantes.

15.3. O pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço com o valor estimado para a contratação.

15.4. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

15.5. O pregoeiro poderá solicitar parecer técnico de funcionários pertencentes ao quadro de pessoal do Município de Macaé para orientar sua decisão.

15.6. Havendo aceitação da proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade de preço e técnica do produto ofertado, o pregoeiro solicitará da respectiva licitante o encaminhamento dos documentos de habilitação.

15.7. Se a proposta não for aceitável, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

15.8. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste edital, a licitante será considerada classificada.

15.9. Definido o resultado do julgamento, a Administração poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado.



## **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026**

15.10. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

15.11. A negociação será conduzida pelo pregoeiro, e, depois de concluída, terá seu resultado divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

### **16. CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO**

16.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante classificado em primeiro lugar, o pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto a existência de sanção que impeça a participação no certame ou na futura participação, mediante consulta ao:

16.1.1. Sicaf (<https://www3.comprasnet.gov.br/sicaf-web/index.jsf>), a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda ao art. 14, inciso V, da Lei Federal nº 14.133/2021;

16.1.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico [www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

16.1.3. Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico <http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>.

16.1.4. Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), no endereço eletrônico <http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>;

16.2. Efetuada a verificação referente ao item acima, a habilitação das licitantes será consultada por meio do SICAF, com base nos documentos por ele abrangidos, e por meio da documentação especificada neste edital.

16.3. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF e o envio da proposta, quando solicitado, deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, no prazo mínimo de 02 (duas) horas, prorrogável uma única vez por igual período, desde que solicitado pelo licitante, contado da convocação efetuada no sistema.

16.4. Excepcionalmente, quando necessário, à confirmação da veracidade dos documentos enviados eletronicamente, o Pregoeiro poderá solicitar o encaminhamento dos documentos em original ou cópia autenticada, a serem enviados pelo licitante no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, a contar da data da solicitação, aos cuidados da Coordenação de Licitações da SEMUSA, informando o número do Pregão; o endereço para envio da documentação é: Alameda do Açude, 175, Novo Cavaleiros, Macaé – RJ, CEP: 27930-400.



## PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026

16.5. A documentação deverá ter validade na data estabelecida no preâmbulo deste edital para a abertura da sessão. As certidões valerão nos prazos que lhes são próprios ou, inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.

### 17. DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

17.1. A documentação relativa à **capacidade jurídica** consistirá em:

17.1.1. Cédula de identidade, no caso de licitante pessoa física, acompanhado do número do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou documento que comprove tal condição;

17.1.2. Registro comercial, no caso de licitante empresário individual;

17.1.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e suas alterações, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

17.1.4. Inscrição do ato constitutivo no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de registro de ata de eleição da diretoria em exercício;

17.1.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

17.1.6. No caso de participação de profissionais organizados em cooperativa, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

17.1.6.1. Ata de fundação, com o uso obrigatório da expressão “Cooperativa de Trabalho” na denominação social da cooperativa;

17.1.6.2. Estatuto (com ata da assembleia de aprovação);

17.1.6.3. Regimento interno (com ata da aprovação);

17.1.6.4. Regimento dos fundos (com ata de aprovação);

17.1.6.5. Edital de convocação de assembleia geral e ata em que foram eleitos os dirigentes e conselheiros;

17.1.6.6. Registro da presença dos cooperados em assembleias gerais;

17.1.6.7. Ata da sessão em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto deste certame, se vencedora;

17.1.6.8. Relação dos cooperados que executarão o objeto, acompanhada dos documentos comprobatórios da data de ingresso de cada qual na cooperativa;





**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026**

17.1.6.9. Ata da sessão em que os cooperados elegeram comissão ou cooperado para realizar a coordenação da prestação de serviços realizada fora do estabelecimento da cooperativa, com mandato nunca superior a 1 (um) ano ou, no máximo, com prazo estipulado para a contratação, com a definição dos requisitos para a sua consecução, os valores contratados e a retribuição pecuniária de cada sócio partícipe.

17.1.6.10. Não será admitida participação de cooperativas de trabalho:

17.1.6.10.1. Fornecedoras de mão de obra, ou que realizam intermediação de mão de obra subordinada, mas apenas as prestadoras de serviços por intermédio dos próprios cooperados;

17.1.6.10.2. Cujos atos constitutivos não definam com precisão a natureza dos serviços que se propõem a prestar.

17.1.6.11. Presumir-se-á intermediação de mão de obra subordinada a relação contratual estabelecida entre a empresa contratante e as Cooperativas de Trabalho que não cumprirem o disposto no item 16 deste Edital.

17.1.6.12. A constituição ou utilização de Cooperativa de Trabalho para fraudar deliberadamente a legislação trabalhista, previdenciária e o disposto neste Edital acarretará aos responsáveis as sanções cíveis e administrativas cabíveis.

17.2. A documentação relativa à **qualificação técnico-profissional e operacional** consistirá em:

17.2.1. Licença de funcionamento para Unidade de Esterilização por Óxido de Etileno, específica, emitida pelos órgãos de Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal, conforme previsto no art. 67, inciso IV da Lei Federal nº 14.133/2021;

17.2.2. Licença Ambiental expedida pelo órgão de Meio Ambiente competente, conforme previsto no art. 67, inciso IV da Lei Federal nº 14.133/2021;

17.2.3. Certidão de Regularidade no Conselho de Classe do Responsável Técnico, conforme previsto no art. 67, inciso I da Lei Federal nº 14.133/2021;

17.2.4. Certidões ou atestados, emitidos por entidades da Administração Pública ou pessoa jurídica de direito privado, que demonstrem o fornecimento de objeto similar de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

17.2.4.1. Os atestados de a capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante.

17.2.3.2. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentados, quando solicitados pela Administração, cópia do



## PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026

contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contrato, dentre outros documentos.

17.2.5. Em caso de apresentação por licitante de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte, se o atestado ou o contrato de constituição do consórcio não identificar a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, serão adotados os critérios de avaliação previstos no artigo 67, § 10, I e II, da Lei Federal 14.133/2021.

17.3. A documentação relativa à **qualificação econômico-financeira** consistirá em:

17.3.1. Balanço patrimonial, demonstrações de resultado do exercício e demais demonstrações contábeis dos 2(dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

17.3.2. O Balanço a que se refere o subitem anterior deverá vir acompanhado de quadro demonstrativo assinado pelo representante legal da licitante e por contador e/ou técnico em contabilidade registrado no Conselho Regional de Contabilidade, em que sejam nomeados os valores do ativo circulante (AC), do realizável a longo prazo (RLP), do passivo circulante (PC) e do passivo não circulante (PNC), de modo a possibilitar a avaliação da situação financeira da proponente, calculada a partir da aplicação das seguintes fórmulas:

a) Índices de Liquidez Geral

$$ILG = (AC + RLP) / (PC + PNC)$$

b) Índices de Liquidez Corrente

$$ILC = AC / PC$$

c) Solvência Geral

$$SG = AT / (PC + PNC)$$

Onde:

AC = Ativo Circulante

AT = Ativo Total

PC = Passivo Circulante

RLP = Realizável a Longo Prazo

PNC = Passivo Não Circulante

17.3.3. Serão inabilitadas as licitantes cujos índices apurados não atenderem às seguintes condições:



**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026**

- 17.3.3.1. Índice de Liquidez Geral  $\geq 1,00$
- 17.3.3.2. Índice de Liquidez Corrente  $\geq 1,00$
- 17.3.3.3. Solvência Geral  $\geq 1,00$

**17.3.4. Comprovação de possuir a empresa licitante, o Capital Social Mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, determinada no preâmbulo deste Edital, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais, de acordo com as disposições previstas no artigo 69, § 4º da Lei Federal nº 14.133/2021.**

- 17.3.4.1. Em substituição dos índices insuficientes a licitante deverá comprovar possuir, o Capital Social Mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado e/ou ofertado da contratação, **considerando como valor estimado e/ou ofertado, o somatório dos itens em que a licitante apresentar proposta após fase de lances**, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta.

17.3.5. Certidão Negativa de Falência, expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

- 17.3.5.1. **O Pregoeiro poderá promover diligência para esclarecer a questão da certidão de falência, podendo solicitar ao licitante a declaração da autoridade judiciária competente, caso entenda necessário.**

17.4. A documentação relativa à **regularidade fiscal e trabalhista** consistirá em:

17.4.1. Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

17.4.2. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

17.4.3. **Prova de regularidade com a Fazenda Federal**, consistente na apresentação da certidão negativa de débitos ou certidão positiva com efeito de negativa relativa a tributos e **contribuições federais, dívida ativa da União e regularidade com os encargos sociais instituídos por lei**, na forma da legalidade específica.

17.4.4. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal relativo ao domicílio ou sede do licitante.

17.4.4.1. A prova de regularidade com a Fazenda Municipal deverá constar regularidade com ISS.



**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026**

- 17.4.5. Prova de Regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, conforme art. 68, inc. IV da Lei 14.133/2021;
- 17.4.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débitos Trabalhistas em nome do interessado com os mesmos efeitos da CNDT, nos termos do art. 642-A Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943 e de acordo com a Lei Federal n.º 12.440/2011.
- 17.4.6.1. *As provas de inscrição previstas nos subitens 17.4.1 e 17.4.2 poderão ser confirmadas através das apresentações das Certidões Negativas e/ou Positivas com efeitos de Negativa previstas nos subitens 17.4.3, 17.4.4.*
- 17.5. As empresas estrangeiras que não funcionem no País deverão apresentar documentos equivalentes, na forma de regulamento emitido pelo Poder Executivo federal.
- 17.6. Quanto à forma de apresentação dos documentos de habilitação, exigir-se-á o seguinte:
- 17.6.1. Se a licitante for matriz, todos os documentos devem estar em nome da matriz;
- 17.6.2. Se a licitante for filial, podem ser apresentados documentos que, comprovadamente e pela sua própria natureza, sejam emitidos em nome da matriz;
- 17.6.3. Após a entrega dos documentos para habilitação, caso seja necessário, o pregoeiro poderá fazer nova convocação, desde que dentro do prazo estabelecido no item **16.3**, para inclusão de documento(s) que, por ventura, o licitante tenha deixado de anexar:
- 17.6.4. O pregoeiro poderá diligenciar nos seguintes casos:
- 17.6.4.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
- 17.6.4.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
- 17.6.5. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 17.7. Será(ão) inabilitada(s) a(s) licitante(s) que deixar(em) de apresentar qualquer documento relativo à habilitação ou apresentá-lo com prazo de validade vencido.



### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026**

17.8. Não será aceito nenhum tipo de documentação sob forma de protocolo, salvo às condições expressas em lei ou outras devidamente regulamentadas pelo órgão emissor, às quais deverão ser comprovadas juntamente com a documentação de habilitação.

17.9. Fica facultada à Administração, consultar os sites para certificar a autenticidade dos documentos emitidos/apresentados.

17.10. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências de habilitação e ficarão autorizadas a substituir, quando exigidos, os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

### **18. RECURSOS**

18.1. Dos atos de julgamento das propostas, de habilitação ou de inabilitação e de anulação ou de revogação da licitação, caberá recurso, nos termos do artigo 165, I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

18.2. A intenção de recorrer dos atos de julgamento deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais será de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

18.2.1. Será concedido prazo de **10 (dez) minutos**, para que os licitantes manifestem sua intenção de recorrer, em campo próprio do sistema, nos termos do artigo 165, I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

18.2.2. Nos casos de anulação ou de revogação da licitação, o termo inicial para a contagem do prazo recursal é a data da publicação da decisão no Diário Oficial do Município.

18.3. A apreciação do recurso dar-se-á em fase única.

18.4. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação ao Ordenador de Despesas do órgão gestor da contratação, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

18.5. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

18.6. O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de divulgação da interposição do recurso.

18.7. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

18.8. Os **itens** para os quais não for interposto recurso poderão ser desde logo adjudicados.



## PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026

### 19. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

19.1. Declarada a vencedora (s) do certame, o resultado da licitação será submetido à **autoridade competente do Município de Macaé (ordenador de despesas)** para o procedimento de adjudicação e homologação da licitação.

### 20. NOTA DE EMPENHO

- 20.1. Após a adjudicação e homologação da licitação, será emitido a Nota de Empenho no exercício do ano corrente.
- 20.2. Em havendo documentação vencida, o **Município de Macaé** notificará a empresa vencedora, para que, no prazo de 05 (cinco) dias corridos, contados da notificação, apresente a documentação atualizada.
- 20.3. A Administração convocará regularmente o licitante vencedor para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo e nas condições estabelecidas no edital de licitação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na **Lei Federal nº 14.133/2021**. O licitante vencedor terá um prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos para assinatura da Nota de Empenho e/ou Contrato, a contar de sua convocação.
- 20.4. O prazo poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada e desde que o motivo apresentado seja aceito pelo órgão gestor da contratação.
- 20.5. Caso o licitante não assine o termo de contrato ou não aceite ou não retire o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, a Administração convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.
- 20.6. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.
- 20.7. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do subitem **20.3** do Edital, a Administração, observado o valor estimado, poderá:
- 20.7.1. Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;
- 20.7.2. Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição, nos termos do art. 90§4º, da Lei Federal 14.133/2021.
- 20.8. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o



## PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026

descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta, se exigida, em favor do órgão ou entidade licitante, salvo na hipótese do **subitem 20.6.** deste Edital.

- 20.9. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento em consequência de rescisão contratual, observados os mesmos critérios estabelecidos nos **subitens 20.5, 20.7, 20.7.1 e 20.7.2.**

## 21. SUBCONTRATAÇÃO

- 21.1. É admitida a subcontratação parcial, no limite de até 49% (quarenta e nove por cento) do valor contratado e desde que prevista no Termo de Referência e ratificado pelo Ordenador de Despesas.
- 21.2. A subcontratação não altera a responsabilidade da contratada, que continuará íntegra perante o Município de Macaé.
- 21.3. As subcontratações porventura realizadas serão integralmente custeadas pela contratada.
- 21.4. A subcontratação ficará condicionada, em qualquer caso, à obrigação da contratada quanto à documentação do subcontratado que comprove sua habilitação jurídica, regularidade fiscal e a qualificação técnica necessária à execução da parcela da obra ou do serviço subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.
- 21.5. Não será permitida a subcontratação de itens referentes a parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.
- 21.6. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

## 22. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 22.1. Os pagamentos serão efetuados pelo **Município de Macaé**, por intermédio do Fundo Municipal de Saúde - **FMS** em moeda corrente nacional, **em 30 dias corridos**, contados da emissão do Termo de Recebimento Definitivo dos **serviços**, na forma do **item 25.**

22.1.1. O pagamento só será liquidado após a data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo;





## PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026

- 22.2. A Contratada não poderá suspender o cumprimento de suas obrigações, à exceção do disposto no artigo 137, §2º, IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, devendo tolerar possíveis atrasos de pagamento.
- 22.3. Nos casos de atraso no pagamento por culpa da contratante, o valor devido será acrescido de taxa de 0,5% ao mês, calculado pro rata die entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do adimplemento da obrigação e a data do efetivo pagamento. No caso de antecipação do pagamento, salvo em condições excepcionálissimas devidamente justificadas, o valor devido sofrerá desconto à taxa de 0,5% ao mês, calculado pro rata die entre a data do efetivo pagamento e o 30º (trigésimo) dia da data do adimplemento da obrigação.
- 22.4. A contratante estará eximida de cumprir os itens relativos às compensações financeiras nos casos em que a contratada houver concorrido direta ou indiretamente para a ocorrência do atraso.
- 22.5. As notas fiscais deverão ser emitidas com em nome do Fundo Municipal de Saúde - FMS, CNPJ nº 11.308.894/0001-06 e endereço: Alameda do Açude, 175, Novo Cavaleiros, Macaé- RJ CEP 27930-400, por ser o ente pagador conforme Subitem **22.1**.

## 23. REAJUSTAMENTO E REVISÃO DE PREÇOS

- 23.1. Os preços contratados em decorrência desta licitação serão fixos e irreajustáveis, pelo período de 01 (um) ano, a contar da data do orçamento estimado (**Mapa Comparativo de Preços, em 27 de maio de 2026**), podendo ser reajustados a partir desta data, e assim, a cada período de um ano contado do último reajuste, desde que requerido pela CONTRATADA e caso se verifique hipótese legal que autorize o reajustamento, utilizando-se a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), instituído pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou outro que venha a substituí-lo, nos termos do artigo 182, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 23.2. A CONTRATADA não terá direito ao reajuste a que alude o subitem anterior, para a etapa do **serviço** que sofrer atraso em consequência da ação ou omissão motivada pela própria CONTRATADA, e também da que for executada fora do prazo sem que tenha sido autorizada a respectiva prorrogação.
- 23.3. No caso de reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno de um ano deve considerar a data do último reajuste concedido.
- 23.4. Os efeitos financeiros do reajuste ocorrerão somente em relação aos itens que o motivaram e aos saldos de quantitativos porventura existentes.
- 23.5. Nos termos do artigo 70 do Decreto Municipal nº 026/2023, serão objeto de preclusão:



## **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026**

- 23.5.1. As solicitações de reequilíbrio econômico-financeiro realizadas após a assinatura do contrato ou do termo aditivo sem que tenha havido alteração dos preços, bem como após o encerramento da vigência do contrato;
- 23.6. As solicitações de reajuste em sentido estrito e repactuação realizadas após a data de aniversário do orçamento estimado, da proposta, do acordo, da convenção coletiva ou do dissídio coletivo, conforme o caso.

### **24. FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL**

- 24.1. A execução da contratação deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo Gestor de Contratos e pela Comissão de Fiscalização, representantes da Administração especialmente designados para esse fim, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e da Lei Municipal nº 4.960/2022.
- 24.2. São atribuições do Gestor de Contratos:
- 24.2.1. Controlar os prazos de vigência dos contratos e saldos de atas de registro de preços, solicitando sua prorrogação, abertura de nova licitação ou contratação direta, quando for o caso;
- 24.2.2. Informar ao Ordenador de Despesas o interesse na prorrogação de contratos sob sua responsabilidade, com vistas à obtenção da autorização para abertura do processo administrativo para tanto;
- 24.2.3. Verificar a manutenção das condições de habilitação e qualificação da empresa durante toda a execução do contrato, devendo instruir os processos de prorrogação contratual e de contratação direta com os documentos pertinentes;
- 24.2.4. Verificar a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, devendo comunicar ao Ordenador de Despesas a ocorrência de situação que enseja a revisão de preços;
- 24.2.5. Verificar se estão atualizadas as informações de ocorrências relacionadas à execução contratual;
- 24.2.6. Analisar a documentação que antecede o pagamento;
- 24.2.7. Verificar o controle atualizado dos pagamentos;
- 24.2.8. Manifestar-se em todos os atos da Administração relativos à aplicação de sanções, execução e alteração dos contratos;
- 24.2.9. Decidir provisoriamente a suspensão da entrega de bens ou a realização de serviços;



**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026**

- 24.2.10. Auxiliar o Ordenador de Despesas nas tratativas voltadas às alterações e revisões contratuais junto à contratada, quando for o caso;
- 24.2.11. Manifestar-se previamente à decisão do Ordenador de Despesas nos pedidos de liberação da garantia contratual em favor da contratada, quando for o caso;
- 24.2.12. Inserir os dados referentes aos contratos administrativos, termos aditivos, convênios e instrumentos congêneres no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);
- 24.2.13. Exercer outras atividades compatíveis com a função.
- 24.3. São atribuições da Comissão de Fiscalização:
- 24.3.1. Acompanhar os prazos de entrega, diligenciando com a empresa contratada, se necessário;
- 24.3.2. Receber, provisória e definitivamente, as aquisições, mediante termo detalhado;
- 24.3.3. Analisar, conferir e atestar notas fiscais, faturas e congêneres e a regularidade fiscal do contratado;
- 24.3.4. Devolver à contratada as notas fiscais em desconformidade com o contrato;
- 24.3.5. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução contratual;
- 24.3.6. Oficiar à contratada determinação de medidas preventivas e corretivas, com estabelecimento de prazos, para regularização das faltas registradas e irregularidades observadas na execução do contrato, comunicando ao Gestor de Contratos o não atendimento das determinações;
- 24.3.7. Expedir, através de notificações e/ou relatório de vistoria, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência, ao Gestor de Contratos e ao Ordenador de Despesas, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;
- 24.3.8. Proceder, conforme cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados;
- 24.3.9. Aprovar a planilha de medição emitida pela contratada ou conforme disposto em contrato;
- 24.3.10. Adotar as medidas preventivas de controle dos contratos, inclusive manifestar-se a respeito da suspensão da entrega dos bens;
- 24.3.11. Conferir e certificar as faturas relativas às aquisições;



**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026**

- 24.3.12. Proceder às avaliações dos serviços executados pela contratada;
- 24.3.13. Determinar, por todos os meios disponíveis, a observância das normas técnicas e legais, especificações e métodos de execução dos serviços exigíveis para a perfeita execução do objeto;
- 24.3.14. Exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho;
- 24.3.15. Determinar a retirada de qualquer empregado subordinado direta ou indiretamente à contratada, inclusive empregados de eventuais subcontratadas, ou as próprias subcontratadas que, a seu critério, comprometam o bom andamento dos serviços;
- 24.3.16. Receber designação e manter contato com o preposto da contratada, e se for necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na entrega dos bens ou;
- 24.3.17. Manifestar-se nos pedidos de alterações contratuais quanto à regularidade da contratação;
- 24.3.18. Verificar a correta aplicação dos materiais;
- 24.3.19. Requerer das empresas testes, exames e ensaios quando necessários, no sentido de promoção de controle de qualidade da execução dos serviços a serem adquiridos;
- 24.3.20. Recomendar ao Gestor de Contratos e ao Ordenador de Despesas a aplicação de sanções à contratada;
- 24.3.21. Zelar pelo fiel cumprimento de todas as obrigações da contratada previstas no termo de referência e no contrato;
- 24.3.22. Exercer outras atividades compatíveis com a função.

**25. DO RECEBIMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO**

- 25.1. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 25.2. O objeto será recebido:
- 25.2.1. Executado o serviço e apresentada a Nota Fiscal, a Fiscalização emitirá Termo de Recebimento Provisório para que, no prazo máximo de até 10(dez) dias efetue a conferência em consonância ao Termo de Referência, a nota de empenho de despesa ou ordem de serviços, observando a regularidade dos serviços, no prazo referido, emitirá o Termo de Recebimento Definitivo.



### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026**

25.2.2. Constatado qualquer defeito ou irregularidade nos materiais, a Comissão de Fiscalização comunicará a contratada para que no prazo máximo de até 5 (cinco) dias efetue a troca, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.

25.3. Após a troca, e verificada a conformidade dos serviços na forma do item **25.2.1**, a Fiscalização emitirá o Termo de Recebimento Definitivo de Materiais.

25.4. No recebimento e aceitação do objeto deste pedido serão observadas, no que couberem, as disposições contidas nos artigos 140 da Lei Federal 14.133/2021.

### **26. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

26.1. A licitante ou a contratada será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

26.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

26.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

26.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

26.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, quando exigidas;

26.1.5. Não manter a proposta, inclusive no que tange à apresentação de amostra ou prova de conceito, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

26.1.6. Não celebrar o contrato / instrumento equivalente ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

26.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

26.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato/instrumento equivalente;

26.1.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

26.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

26.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

26.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

26.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções:



**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026**

- 26.2.1. Advertência por escrito;
- 26.2.2. Multa, não inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor da contratação;
- 26.2.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Macaé, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
- 26.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- 26.3. A aplicação de sanções observará o devido processo administrativo, na forma da Lei Federal nº 14.133/2021, combinada com o artigo 29 e seguintes da Lei Municipal nº 4.960/2022.
- 26.4. As infrações classificadas como Dano Grave, nos termos do art. 3º, inciso II do Decreto Municipal nº 032/2026, poderão ensejar a aplicação cumulativa da sanção de multa com a de declaração de inidoneidade, observada a competência da autoridade superior e a demonstração de que sanções menos gravosas são insuficientes para reprovar as condutas.
- 26.5. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 26.6. As sanções aplicadas serão obrigatoriamente registradas junto à Coordenadoria Geral de Contratos, bem como no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep).
- 26.7. A aplicação das sanções não exonera o infrator de eventual ação por perdas e danos que seu ato ensejar.
- 26.8. O valor das multas que, porventura forem aplicadas, serão descontadas da garantia da respectiva Contratada. Se a multa aplicada for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a Contratada pela diferença a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo órgão gestor da contratação ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

**27. DA GARANTIA CONTRATUAL**

- 27.1. Fica a Contratada obrigada a apresentar à Tesouraria do Fundo Municipal de Saúde, no prazo máximo de 10(dez) dias úteis, contado da data da assinatura do Contrato ou Instrumento equivalente, comprovante de prestação de garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do Contrato, com validade para todo o período contratual, mediante a opção por uma dentre as seguintes modalidades, caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob forma escritural, mediante registro



**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026**

em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia, seguro-garantia e fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, conforme Art. 96, caput, c/c §1º, incisos I, II e III da Lei Federal 14.133/21.

- 27.1.1. O edital fixa o prazo de um mês, contado da data de homologação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia pelo contrato quando optar pela modalidade seguro-garantia.
- 27.1.2. O prazo de vigência da apólice será igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato principal e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora;
- 27.1.3. O seguro-garantia continuará em vigor mesmo se o contratado não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas.
- 27.2. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em Banco Oficial, em conta específica com correção monetária, em favor do Município de Macaé.
- 27.3. A garantia, inclusive na modalidade seguro-garantia, poderá ser executada para ressarcimento do Município de Macaé e para pagamento dos valores das multas moratórias, multas punitivas, indenizações a ele devidas pelo Contratado, bem como de débitos da empresa para com os encargos fiscais, previdenciários e trabalhistas relacionados com o presente contrato, tais como: INSS, FGTS, impostos, salários, vales-transporte, vales-refeição e verbas rescisórias.
- 27.4. A Contratada fica obrigada a repor o valor da garantia quando esta for utilizada por cobertura de multas, desde que não tenha havido rescisão.
- 27.5. No caso de renovação da contratação, a Contratada deverá renovar a garantia.
- 27.6. Havendo aditivos de valor e/ou prazos, reajustes, atualizações, revisões ou repactuações, a Contratada reforçará a garantia, conforme o caso.
- 27.7. O prazo de vigência da garantia será igual ao de vigência da contratação, acrescido de 90 (noventa) dias após a última aplicação.
- 27.8. A garantia somente poderá ser levantada após o recebimento definitivo do objeto pela fiscalização.
- 27.9. A não observância do prazo fixado para apresentação da garantia estabelecida neste item acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor da contratação por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento).





## **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026**

- 27.10. O atraso superior a 30(trinta) dias úteis para a apresentação da garantia poderá acarretar a rescisão unilateral da contratação, sem prejuízo da multa prevista no subitem subsequente.
- 27.11. A apresentação da garantia não isenta as partes de suas obrigações e responsabilidades atribuídas no Termo de Referência e todas as documentações inseridas no **Processo Administrativo nº 401.699/2025**.

## **28. DA ANULAÇÃO E DA REVOGAÇÃO DA LICITAÇÃO**

- 28.1. A autoridade competente para aprovação do procedimento poderá revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade, na forma do artigo 71, II, Lei Federal nº 14.133/2021 e por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros, devendo em ambos os casos a decisão estar devidamente fundamentada no processo.

## **29. CUMPRIMENTO DA LEI FEDERAL Nº13.709/2018 (LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS – LGPD)**

- 29.1. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.
- 29.2. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações, especialmente os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis, repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei Federal nº 13.709/2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.
- 29.3. As partes responderão administrativa e judicialmente caso causarem danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à Lei Federal nº 13.709/2018.
- 29.4. Em atendimento ao disposto na Lei Federal nº 13.709/2018, o contratante, para a execução do objeto deste contrato, tem acesso a dados pessoais dos representantes da contratada, tais como número do CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial e cópia do documento de identificação.
- 29.5. A contratada declara que tem ciência da existência da Lei Federal nº 13.709/2018 e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo contratante.

## **30. IMPUGNAÇÕES E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO**

- 30.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021 ou para solicitar esclarecimento sobre os seus



### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026**

termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

30.2. As impugnações e solicitações de esclarecimentos deverão ser enviadas ao pregoeiro através de qualquer dos seguintes meios:

30.2.1. Eletrônico, no endereço: [licitacao.semusa@macae.rj.gov.br](mailto:licitacao.semusa@macae.rj.gov.br), 3 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública;

30.2.2. Escrito através do Protocolo do **Centro Integrado da Administração da Saúde**, situado na Alameda do Açude, 175, Novo Cavaleiros, Macaé – RJ, CEP: 27930-400, das 09h às 17h, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados, até às 17h de 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada neste edital para recebimento das propostas.

30.3. As licitantes poderão obter informações e esclarecimentos sobre a licitação mediante contato telefônico, número (22) 2763-6300 Ramal 4007 e 4008.

30.4. Caberá ao Pregoeiro responder às impugnações interpostas.

30.5. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, nos endereços eletrônicos

<https://sistemas.macaee.rj.gov.br:840/transparencia/contratacoes/licitacoespesquisa> e  
<https://www.compras.gov.br>

30.6. A cada esclarecimento e/ou manifestação por escrito do Pregoeiro e Equipe de Apoio será atribuído um número sequencial, a partir do número 01 (um), incorporando-se ao processo administrativo.

### **31. DISPOSIÇÕES FINAIS**

31.1. Será admitida a assinatura digital nos documentos a que se referem o presente edital e seus anexos, mediante uso de certificado digital padrão ICP-Brasil.

31.2. Será admitida a assinatura eletrônica nos atos e documentos nas licitações, contratos e instrumentos congêneres, mediante login e senha de acesso do usuário, em sistema oficial de gestão de documentos e processos eletrônicos.

31.3. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

31.4. Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a **10 (dez) minutos**, a sessão do pregão poderá ser suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes no endereço eletrônico utilizado para divulgação.



**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026**

- 31.5. A Administração poderá, a qualquer momento, revogar esta licitação por razões de interesse público fundado em fato superveniente devidamente comprovado, ou anular o certame, se constatado vício no seu processamento.
- 31.6. Os dispositivos que se referem à microempresa aplicam-se, extensivamente, ao Microempreendedor Individual (MEI), nos termos do §2º, art. 18-E, da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006.
- 31.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.
- 31.8. O acompanhamento dos resultados das fases desta licitação poderá ser feito através dos endereços eletrônicos [www.macaerj.gov.br/transparencia/contratacoes/licitacoespesquisa](http://www.macaerj.gov.br/transparencia/contratacoes/licitacoespesquisa) ou [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).
- 31.9. A apresentação da proposta vincula automaticamente a licitante aos termos do presente Edital, seus ANEXOS e da Lei Federal 14.133/2021 e suas alterações posteriores.
- 31.10. A publicidade do edital de licitação será realizada mediante divulgação e manutenção do inteiro teor do ato convocatório e de seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Portal da Transparência do Município, juntamente com seu extrato no Diário Oficial do Município, bem como em jornal diário de grande circulação.
- 31.11. A sessão de pregão eletrônico será transmitida pela internet, permitindo o acompanhamento por qualquer interessado junto ao site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).
- 31.12. Os casos omissos ou situações não explicitadas neste instrumento serão decididos pela Administração, segundo as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, na Lei Municipal nº 4.960/2022, no Decreto Municipal nº 026/2023 e suas alterações posteriores, e demais regulamentos e normas administrativas que passam a fazer parte deste Edital, independente de transcrições.
- 31.13. Para a execução do objeto deste Edital, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.
- 31.14. O licitante tem conhecimento do código de ética e integridade da Secretaria Executiva de Licitações, Contratos e Parcerias, constante no link <https://www.macaerj.gov.br/midia/conteudo/arquivos/1731562528.pdf>.



**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026**

**32. DOCUMENTAÇÃO FORNECIDA EM ANEXO**

32.1. A documentação a seguir, faz parte integrante deste Edital.

- ANEXO I – Termo de Referência
- ANEXO II – Modelo de Proposta de Preços
- ANEXO III – Minuta Contratual

**33. FORO**

33.1. Fica eleito o Foro da Comarca da cidade de Macaé/RJ, por mais privilegiado que outro seja para serem dirimidas eventuais dúvidas decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa.

***Macaé, 03 de junho de 2026.***

  
Gabriele Vidal Souza  
Coordenadora de Licitações



**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026**

**TERMO DE REFERÊNCIA  
ANEXO I**

**1 OBJETO**

**1.1** Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de reprocessamento, reesterilização e esterilização em óxido de etileno de materiais médicos hospitalares, visando atender as necessidades das unidades hospitalares Hospital Público Municipal Dr. Fernando Pereira da Silva – HPM e Hospital Público Municipal da Serra Evangelina Flores – HPMS e das unidade de urgência e emergência Pronto Socorro Municipal do Parque Aeroporto – PSA, Pronto Socorro Municipal da Imbetiba – PSM, Unidade de Pronto Atendimento da Barra – UPA BARRA e Unidade de Pronto Atendimento do Lagomar – UPA LAGOMAR, vinculadas a Secretaria Executiva de Alta e Média Complexidade – SEAMC e a Secretaria Municipal de Saúde - SEMUSA, conforme parâmetros e elementos descritivos neste Termo de Referência.

**1.2** Os serviços que se pretende contratar são de natureza comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no presente Termo de Referência e no edital, por meio de especificações usuais de mercado.

**1.3** Os quantitativos a serem contratados se encontram detalhados no item 09 deste Termo de Referência.

**1.4** O prazo de execução dos serviços, a serem executados de forma contínua, será de 01 (um) ano, a contar da assinatura do instrumento contratual, e ainda, podendo ser prorrogado sucessivamente até 10 (dez) anos, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, uma vez que se trata de serviço que possui especificações, padrões de desempenho e qualidades usuais do mercado.

**2 FUNDAMENTAÇÃO**

**2.1** A Secretaria Executiva de Alta e Média Complexidade na busca pela qualidade dos serviços prestados pelas suas unidades hospitalares demonstra a preocupação com o devido atendimento eficaz aos pacientes internados e/ou cadastrados. O investimento em infraestrutura, materiais hospitalares, medicamentos, equipamentos e segurança no reprocessamento de materiais, fazem com que a melhora no atendimento e na assistência aos pacientes seja constante.

**2.2** A presente contratação se faz necessária para atender a demanda de reprocessamento, reesterilização e esterilização de produtos médicos hospitalares termossensíveis, que são aqueles cujas características físicas sejam incompatíveis ou se desgastariam com o processo físico de esterilização convencional por calor seco ou calor úmido e principalmente a falta de infraestrutura física para a realização de processos químicos a frio (glutaraldeído e outros por imersão), seguindo normas do Ministério da Saúde e fiscalizações realizadas pela Secretaria de Vigilância Estadual e RDC nº 15 de 15 de março de 2012.

**2.3** A definição do método de esterilização dos produtos para saúde observa as diretrizes estabelecidas pela RDC nº 15/2012, bem como as recomendações dos fabricantes, conforme disposto na RDC nº 185/2001. Os itens objeto da contratação são constituídos, em sua maioria, por materiais termossensíveis, tais como polímeros, silicone e elastômeros, além de apresentarem geometrias complexas e, em diversos casos, lúmens estreitos e de difícil acesso, características que exigem método



## **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026**

de esterilização com elevada capacidade de penetração e atuação em baixa temperatura. Diante dessas condições, o método por óxido de etileno (ETO) mostra-se tecnicamente adequado, por possibilitar esterilização eficaz sem comprometer a integridade estrutural e funcional dos dispositivos. Por outro lado, os métodos térmicos, especialmente o vapor saturado sob pressão, revelam-se incompatíveis, tendo em vista as elevadas temperaturas envolvidas, que podem ocasionar deformação, degradação dos materiais e perda de desempenho dos dispositivos. De igual modo, métodos alternativos, como calor seco, agentes químicos líquidos e plasma de peróxido de hidrogênio, apresentam limitações quanto à compatibilidade com os materiais e à penetração em dispositivos com lúmens.

**2.4** As unidades da SEAMC não dispõem de infraestrutura (física e equipamentos) e de profissionais qualificados para a realização do serviço de reprocessamento, reesterilização e esterilização em óxido de etileno de materiais médicos hospitalares.

**2.5** Atualmente há também uma deficiência na infraestrutura física do setor de esterilização das referidas unidades, o espaço físico não comporta o volume de materiais reprocessáveis para a realização da desinfecção destes artigos, além de que este método não há como haver um controle de qualidade, ou testes para a comprovação da eficácia do método em combater o microrganismo.

**2.6** O processamento de artigos para saúde por óxido de etileno é essencial para o funcionamento do hospital, pois esse processo é adequado a uma diversidade de artigos médicos hospitalares termossensíveis que não podem suportar a esterilização convencional com vapor em alta temperatura. Os diversos produtos para a saúde existentes no mercado requerem determinados tipos de tecnologias específicas para a sua utilização e reutilização, que devem ser pautadas em preceitos técnicos e legais, no caso a Portaria Interministerial do Ministério da Saúde/Ministério do Trabalho nº 482 de 16/04/1999. O processamento por óxido de etileno deve ser realizado por empresas especializadas e prestadoras desse serviço, considerando a complexidade das ações no uso do gás de óxido de etileno, que envolvem riscos ocupacionais e residuais que devem ser cuidadosamente tratados. As RDC ANVISA 15/2012, RDC ANVISA 156/2006, seguidas de suas RE 2605/2006 e 2006/2006 (Resoluções Especiais), preconizam todas as etapas e controles referentes a processamento dos produtos para a saúde, bem como as condições de instalação e utilização do gás óxido de etileno.

**2.7** A prática deste tipo de esterilização proporciona uma maior durabilidade dos materiais, maior prazo de validade, o que evidencia sua vantagem em relação à economicidade. Neste perfil se encaixam artigos respiratórios, conexões plásticas de equipamentos médicos, instrumentais delicados, materiais elétricos, extensão de borrachas e silicone, gaze, atadura, compressas cirúrgicas, curativos, entre outros.

**2.8** A contratação será por meio de licitação na modalidade Pregão Eletrônico.

**2.9** O tipo de licitação é o menor preço.

**2.10** A adjudicação será global.

**2.11** O regime de execução indireta será empreitada por preço unitário.

**2.12** Tendo em vista as justificativas para realização da contratação com a adjudicação global conforme disposto no item 2.10 deste Termo, justifica-se, tecnicamente, pela inviabilidade de aplicar o inciso III do art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, considerando tratar de bens não divisíveis em razão de se causar prejuízos ao conjunto ou complexo do objeto ora solicitado, amparado nos termos do art. 49 inc. III da mesma Lei. Assim aplica-se o procedimento licitatório em AMPLA PARTICIPAÇÃO.



## **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026**

**2.13** Admitir ou negar a participação de consórcios é o resultado de um processo de avaliação da realidade do mercado em face do objeto a ser licitado e da ponderação dos riscos inerentes à atuação de uma pluralidade de sujeitos associados para a execução do objeto.

**2.13.1** No presente caso, os requisitos para a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de reprocessamento, reesterilização e esterilização em óxido de etileno de materiais médicos hospitalares são simplificados e o objeto licitado através de pregão eletrônico, do tipo menor preço global, o que amplia a possibilidade de participação de diversos licitantes, sendo mantida a competitividade sem a participação de empresas consorciadas.

**2.14** Há previsão no Plano de Contratação Anual do exercício de 2026 para a aquisição do objeto em questão conforme documento juntado às fls. 806/807.

### **3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

**3.1** Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de reprocessamento, reesterilização e esterilização em óxido de etileno de materiais médicos hospitalares, visando atender as necessidades das unidades hospitalares Hospital Público Municipal Dr. Fernando Pereira da Silva – HPM e Hospital Público Municipal da Serra Evangelina Flores – HPMS e das unidade de urgência e emergência Pronto Socorro Municipal do Parque Aeroporto – PSA, Pronto Socorro Municipal da Imbetiba – PSM, Unidade de Pronto Atendimento da Barra – UPA BARRA e Unidade de Pronto Atendimento do Lagomar – UPA LAGOMAR, vinculadas a Secretaria Executiva de Alta e Média Complexidade – SEAMC e a Secretaria Municipal de Saúde - SEMUSA.

### **4 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**4.1** O serviço que se pretende contratar é de natureza comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no Termo de Referência e no edital, por meio de especificações usuais de mercado.

### **5 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

**5.1** O prazo de execução dos serviços será de 1 (um) ano a contar da assinatura do Instrumento Contratual.

**5.2** A empresa Contratada deverá iniciar os serviços ora solicitados em até 10 (dez) dias corridos, a contar do recebimento da Ordem de Serviço.

**5.3** A empresa Contratada deverá ser responsável pela coleta e devolução dos materiais que serão reprocessados, reesterilizados e esterilizados nos diversos setores das dependências do HPM/HPMIH, nos Centros de Materiais e Esterilização das unidades UPA Barra, UPA Lagomar, PSM e PSA nos endereços abaixo:

**5.3.1** Hospital Público Municipal Dr. Fernando Pereira da Silva – HPM/HPMIH situado á Rodovia RJ 168, Km 4, Virgem Santa, na cidade de Macaé/RJ nos setores: UTI Pediátrica, UTI Neonatal, Centro Cirúrgico, Centro de Material e Esterilização, Unidade Intermediária Neonatal, Centro Obstétrico, CTI 1, CTI 2, CTI 3, Unidade Intermediária Adulto 1 e 2, Enfermarias Pediátricas 1 e 2, Maternidade 1 e 2, Clínica Médica 1 e 2, Clínica Cirúrgica Feminina, Politrauma 1, 2 e 3, Enfermaria de Day Clinic, Setor de Transição, Pronto Atendimento Pediátrico, Clínica Cirúrgica 1 e 2 (poderão ocorrer modificações na nomenclatura dos setores conforme necessidade por demanda de perfil de atendimento;





**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026**

**5.3.2** Hospital Público Municipal da Serra Evangelina Flores – HPMS, situado à Rua Principal, s/nº, Distrito de Trapiche, na cidade de Macaé/RJ, no setor Centro Materiais e Esterilização;

**5.3.3** Pronto Socorro Municipal - PSM, localizado à Rua Doutor Luiz Belegard, nº540-B - Bairro Imbetiba, na cidade de Macaé – Estado do Rio de Janeiro, no setor Centro Materiais e Esterilização;

**5.3.4** UPA Barra, localizado à Rodovia Amaral Peixoto, s/nº - Bairro Barra de Macaé, na cidade de Macaé/RJ, no setor Centro Materiais e Esterilização;

**5.3.5** UPA Lagomar, localizado à Avenida dos Bandeirantes, nº 725/781 - Bairro Lagomar, na cidade de Macaé/RJ, no setor Centro Materiais e Esterilização; e

**5.3.6** Pronto Socorro do Parque Aeroporto - PSA, localizado à Rua Curunhango, s/nº Parque Aeroporto, na cidade de Macaé/RJ, no setor Centro Materiais e Esterilização.

**5.4** Os produtos para saúde a serem enviados para a empresa contratada deverão ser acondicionados para transporte em caixas plásticas, rígidas e fechadas e veículos apropriados, seguindo rigorosamente a legislação vigente e as normas internas da SEMAMC.

**5.5** A cada coleta e devolução deverá ser emitido um recibo, conferido e assinado por um funcionário da respectiva unidade/setor, contendo a descrição do produto e a quantidade de material enviado.

**5.6** Os materiais constantes na Descrição do objeto no item 1 e em seus subitens, desta solicitação, deverão ser coletados em 02 (dois) dias da semana, de segunda a sexta-feira, rigorosamente, por conta da Contratada, ofertando mão de obra para esta finalidade (para coleta dos materiais nas unidades/setores), em horário administrativo de (8:00h às 17:00h), com a utilização de container plástico apropriado e em veículo autorizados e adaptados para este fim, sob a responsabilidade da contratada, e sem ônus adicionais aos valores ofertados.

**5.7** A empresa contratada deverá realizar a limpeza dos produtos de saúde, conforme legislações vigentes. A empresa deverá ter lavadora ultrassônica com opção de limpeza de produtos canulados. Deverá ser feita a inspeção para checar a eficácia do processo de limpeza.

**5.8** O(s) serviço(s) deverá(ão) ser prestados segundo os seguintes processos:

**5.8.1** Esterilizar em óxido de etileno dos materiais novos (primeiro processo de esterilização);

**5.8.2** Reesterilizar os materiais que já foram esterilizados, mas que tiveram a embalagem violada;

**5.8.3** Reprocessar os materiais (lavar, secar, embalar e esterilizar) fazendo controle de qualidade onde sejam detectadas a presença de sujidade e a funcionalidade do material médico-hospitalar, assegurando a condição de primeiro uso, conforme orientação do Ministério da Saúde.



## PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026

**5.9** Os materiais, para que sejam submetidos ao processo de Esterilização, Reesterilização ou Processamento, deverão ser embalados em papel grau cirúrgico, contendo indicador químico de processo ou exposição ao ETO na parte externa, de acordo com a norma ISSO 11140-1, com o nome da unidade de saúde/hospitalar/setor de origem, contendo: (1) identificação do processo pelo qual foi submetido, (2) nome do produto, (3) data do processamento, (4) expiração do processo de validade, (5) lote e (6) nome do profissional responsável pelo preparo.

**5.10** A identificação deverá estar na embalagem primária do produto. Os materiais pontiagudos, que podem danificar a integridade da embalagem, deverão ser protegidos com embalagens internas em plástico rígido.

**5.11** O material esterilizado deverá ser entregue embalado em papel grau cirúrgico com gramatura mínima de 60 gramas por metro quadrado, combinado com filme plástico bilaminado (PET+PE), com abertura asséptica, com notch e com indicador químico. A embalagem deverá possuir etiqueta de identificação da unidade/setor de origem, especificação do processo empregado (esterilização, reesterilização ou reprocessamento).

**5.12** Quando for constatado, por intermédio da área técnica da empresa contratada, que os produtos para saúde pertencentes às unidades da SEMAMC apresentarem condições impeditivas para os processos, isto é, produtos danificados, com ausência de pré-lavagem ou em estado de conservação precária por inúmeras reutilizações, a empresa contratada fará o encaminhamento de comunicação do fato ao responsável pela unidade de origem do material e, consequentemente, os citados produtos deverão ser devolvidos no mesmo “estado” ou “condição” em que foram coletados.

**5.13** O prazo de garantia da prestação de serviços deverá observar ao disposto na Lei Federal nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).

## 6 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

**6.1** Caberá à servidora **Rebeca Abreu Poubel – Matrícula: 801323**, designada como **Gestora do Contrato** conforme abaixo assinado, o acompanhamento da execução da contratação, inclusive suas prorrogações e aditamentos, quando for o caso, objetivando a verificação e controle de valores e quantitativos, cumprimento de metas e dos prazos legais e convencionais, bem como de outros elementos necessários à boa execução da contratação, nos termos do artigo 19 da Lei Municipal nº 4.960/2022.

**6.2** Caberá à Comissão de Fiscalização formada pelos servidores abaixo indicados, a fiscalização da contratação, ficando responsáveis pelo recebimento, devendo acompanhar e anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização de falhas e/ou defeitos observados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato, nos termos do artigo 20 da Lei Municipal nº 4.960/2022:

- a) Fiscal técnico: Rosani Espindola Caruso - Matrícula 608434
- b) Fiscal administrativo: Sumaya dos Santos Almeida Campos - Matrícula 604434
- c) Fiscal setorial: Vinícius Correa - Matrícula 802253

**6.3** Principais atribuições da Fiscalização:



**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026**

- 6.3.1** Acompanhar os prazos de entrega ou execução de obras ou serviços, diligenciando com a empresa contratada, se necessário;
- 6.3.2** Receber, provisória e definitivamente, as aquisições, obras ou serviços, mediante termo detalhado;
- 6.3.3** Analisar, conferir e atestar notas fiscais, faturas e congêneres e a regularidade fiscal do contratado;
- 6.3.4** Devolver à contratada as notas fiscais em desconformidade com o contrato;
- 6.3.5** Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução contratual;
- 6.3.6** Oficiar à contratada determinação de medidas preventivas e corretivas, com estabelecimento de prazos, para regularização das faltas registradas e irregularidades observadas na execução do contrato, comunicando ao Gestor de Contratos o não atendimento das determinações;
- 6.3.7** Expedir, através de notificações e/ou relatório de vistoria, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência, ao Gestor de Contratos e ao Ordenador de Despesas, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;
- 6.3.8** Proceder, conforme cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados;
- 6.3.9** Aprovar a planilha de medição emitida pela contratada ou conforme disposto em contrato;
- 6.3.10** Adotar as medidas preventivas de controle dos contratos, inclusive manifestar-se a respeito da suspensão da entrega de bens, a realização de serviços ou a execução de obras;
- 6.3.11** Conferir e certificar as faturas relativas às aquisições, serviços ou obras;
- 6.3.12** Proceder às avaliações dos serviços executados pela contratada;
- 6.3.13** Determinar, por todos os meios disponíveis, a observância das normas técnicas e legais, especificações e métodos de execução dos serviços exigíveis para a perfeita execução do objeto;
- 6.3.14** Exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho;
- 6.3.15** Determinar a retirada de qualquer empregado subordinado direta ou indiretamente à contratada, inclusive empregados de eventuais subcontratadas, ou as próprias subcontratadas que, a seu critério, comprometam o bom andamento dos serviços;
- 6.3.16** Receber designação e manter contato com o preposto da contratada, e se for necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na entrega dos bens ou na execução dos serviços ou das obras;
- 6.3.17** Manifestar-se nos pedidos de alterações contratuais quanto à regularidade da contratação;
- 6.3.18** Verificar a correta aplicação dos materiais;
- 6.3.19** Requerer das empresas testes, exames e ensaios quando necessários, no sentido de promoção de controle de qualidade da execução das obras e serviços ou dos bens a serem adquiridos;



## **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026**

**6.3.20** Recomendar ao Gestor de Contratos e ao Ordenador de Despesas a aplicação de sanções à contratada;

**6.3.21** Zelar pelo fiel cumprimento de todas as obrigações da contratada previstas no termo de referência, no projeto básico e no contrato;

**6.3.22** No caso de obras e serviços de engenharia, além das atribuições constantes nos incisos anteriores:

**6.3.22.1** Manter pasta atualizada, com projetos, alvarás, Anotações de Responsabilidade Técnica, Registros de Responsabilidade Técnica, orçamentos e fiscalização, edital da licitação e respectivo contrato, cronograma físico-financeiro e os demais elementos instrutores;

**6.3.22.2** Verificar o diário de obras, certificando-se de seu correto preenchimento;

**6.3.22.3** Verificar a correta construção do canteiro de obras, inclusive quanto aos aspectos ambientais;

**6.3.23** Exercer outras atividades compatíveis com a função.

## **7 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

**7.1** Executado o serviço e apresentada a Nota Fiscal, a Fiscalização emitirá Termo de Recebimento Provisório para que, no prazo máximo de até 10(dez) dias efetue a conferência em consonância ao Termo de Referência, a nota de empenho de despesa ou ordem de serviços, observando a regularidade dos serviços, no prazo referido, emitirá o Termo de Recebimento Definitivo.

**7.2** Constatado qualquer defeito ou irregularidade nos serviços, a Comissão de Fiscalização comunicará a contratada para que no prazo máximo de até 5 (cinco) dias efetue a correção, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.

**7.3** Após a troca, e verificada a conformidade dos serviços na forma do item 7.1, a Fiscalização emitirá o Termo de Recebimento Definitivo.

**7.4** O pagamento somente poderá ser efetuado após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo e após atestada a 1ª via da Nota Fiscal por dois servidores com assinatura sobre carimbo e visada pelo titular da Secretaria interessada.

**7.5** Em caso de constatação local da não fiscalização dos serviços e da existência de parcelas ainda não executadas, não será reconhecido efeito à comunicação estabelecida no item 7.1, o que implicará não recebimento do serviço e na caracterização de atraso, caso ultrapassado o prazo contratual.

**7.6** Havendo indicações de pendências, será concedido prazo, limitado a 20 (vinte) dias contados da Vistoria, a fim de efetuarem-se as correções necessárias.

**7.7** Sanadas as pendências, após nova comunicação escrita da Contratada, será efetuada Vistoria Final e, verificada a perfeita adequação do serviço aos termos do Termo de Referência, será emitido o Recibo Definitivo, após aquela comunicação.

**7.8** O não cumprimento do prazo a que se refere o subitem 7.6 caracterizará atraso, sujeitando-se a Contratada às penalidades cabíveis.



## **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026**

**7.9** Após o Recebimento Definitivo, em consonância com os parágrafos 2º e 3º do artigo 25 da Lei Complementar Municipal, poderá ser dado prosseguimento ao pagamento do saldo restante devido.

**7.10** Os ensaios, os testes e as demais provas para aferição do objeto do contrato com as normas técnicas oficiais, se necessárias, correrão por conta da Contratada.

**7.11** O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

**7.12** Os pagamentos serão efetuados pela Administração Municipal, por intermédio do Fundo Municipal de Saúde – FMS, em moeda corrente nacional, em 30 dias corridos, contados da emissão do Termo de Recebimento Definitivo e comprovação de regularidade fiscal junto ao INSS e ao FGTS.

**7.13** A Contratada não poderá suspender o cumprimento de suas obrigações e deverá tolerar possíveis atrasos de pagamento nos termos previstos no artigo 137, §2º, IV, da Lei Federal nº 14.133/2021.

**7.14** Nos casos de atraso no pagamento por culpa da contratante, o valor devido será acrescido de taxa de 0,5% ao mês, calculado pro rata die entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do adimplemento da obrigação e a data do efetivo pagamento. No caso de antecipação do pagamento, salvo em condições excepcionais devidamente justificadas, o valor devido sofrerá desconto à taxa de 0,5% ao mês, calculado pro rata die entre a data do efetivo pagamento e o 30º (trigésimo) dia da data do adimplemento da obrigação.

**7.15** A Contratante estará eximida de cumprir os itens relativos às compensações financeiras nos casos em que a Contratada houver concorrido direta ou indiretamente para a ocorrência do atraso.

**7.16** As notas fiscais deverão ser emitidas com em nome do Fundo Municipal de Saúde - FMS, CNPJ nº 11.308.894/0001-06 e endereço: Alameda do Açude, 175, Novo Cavaleiros, Macaé- RJ CEP 27930-400, por ser o ente pagador conforme Subitem 7.12.

## **8 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

**8.1** As licitantes participantes deverão comprovar as condições habilitatórias relativas à capacidade jurídica, regularidade fiscal, social, trabalhista e qualificação econômico-financeira previstas nos art. 66, 68 e 69 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**8.2** Quanto à habilitação técnica, conforme o art. 67 da Lei 14.133/2021, será exigido do licitante o seguinte:

**8.2.1** Licença da Vigilância Sanitária, atualizada, emitida pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal nos termos do art. 1º, caput, da Lei Federal nº 6360/76, conforme art. 67, inc. IV da Lei 14.133/21.

**8.2.2** Licença de funcionamento para Unidade de Esterilização por Óxido de Etileno, específica, emitida pelos órgãos de Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal, conforme previsto no art. 67, inciso IV da Lei Federal nº 14.133/2021;

**8.2.3** Certidão de Registro no Conselho de Classe do Responsável Técnico, conforme previsto no art. 67, inciso I da Lei Federal nº 14.133/2021;



**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026**

**8.2.4** Certidões ou atestados, expedidos por entidades da Administração Pública ou pessoa jurídica de direito privado, que demonstrem a prestação de serviços similar de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

**8.2.4.1** Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante.

**8.2.4.2** O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

**8.2.4.3** Em caso de apresentação por licitante de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte, se o atestado ou contrato de constituição do consórcio não identificar a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, serão adotados os critérios de avaliação previstos no artigo 67, § 10, I e II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

**9 DESCRIÇÃO DOS ITENS E QUANTIDADES ESTIMADAS**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	CATSERV	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
<b>LOTE ÚNICO</b>						
<b>1</b>	<b><i>Esterilização – Reprocessamento de Artigo/ Instrumento Médico Cirúrgico:</i></b> Dados Adicionais: Esterilização-reprocessamento de artigo, instrumento médico cirúrgico, para os produtos abaixo descritos:	***	***	<b>14273</b>	***	***
<b>1.1</b>	Algodão ortopédico de 10 cm	Unidade	562	14273	R\$ 8,07	R\$ 4.535,34
<b>1.2</b>	Algodão ortopédico de 15 cm	Unidade	350	14273	R\$ 8,19	R\$ 2.866,50
<b>1.3</b>	Algodão ortopédico de 20 cm	Unidade	350	14273	R\$ 8,19	R\$ 2.866,50
<b>1.4</b>	Atadura de crepom de 10 cm	Unidade	1.368	14273	R\$ 8,30	R\$ 11.354,40
<b>1.5</b>	Atadura de crepom de 15 cm	Unidade	2.186	14273	R\$ 8,84	R\$ 19.324,24
<b>1.6</b>	Atadura de crepom de 20 cm	Unidade	2.318	14273	R\$ 8,84	R\$ 20.491,12
<b>1.7</b>	Atadura de crepom de 30 cm	Unidade	1.215	14273	R\$ 8,84	R\$ 10.740,60
<b>1.8</b>	Aparelho de dermatômetro + lâmina	Unidade	100	14273	R\$ 65,16	R\$ 6.516,00
<b>1.9</b>	Cabo + pinça eletro cautério bipolar	Unidade	230	14273	R\$ 30,29	R\$ 6.966,70



**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026**

1.10	Caneta de bisturi com ponteira	Unidade	6.000	14273	R\$ 22,14	R\$ 132.840,00
1.11	Cânula de guedel	Unidade	1.768	14273	R\$ 11,80	R\$ 20.862,40
1.12	Cânula de traqueostomia metálica com guia	Unidade	240	14273	R\$ 19,90	R\$ 4.776,00
1.13	Colher de silicone	Unidade	100	14273	R\$ 9,86	R\$ 986,00
1.14	Conjunto de compressa cirúrgica (5unid)	Unidade	10.000	14273	R\$ 19,43	R\$ 194.300,00
1.15	Copo plástico para aspiração de 500 ml	Unidade	3.660	14273	R\$ 18,24	R\$ 66.758,40
1.16	Cotonete (3unid)	Unidade	300	14273	R\$ 6,78	R\$ 2.034,00
1.17	Curativo médio	Unidade	82.000	14273	R\$ 22,17	R\$ 1.817.940,00
1.18	Dreno de pen rose (1unid)	Unidade	500	14273	R\$ 10,14	R\$ 5.070,00
1.19	Extensão de silicone	Unidade	17.200	14273	R\$ 25,81	R\$ 443.932,00
1.20	Extensor da plástica	Unidade	15	14273	R\$ 28,77	R\$ 431,55
1.21	Faixa de Smarch	Unidade	300	14273	R\$ 14,85	R\$ 4.455,00
1.22	Fio guia uretral	Unidade	331	14273	R\$ 19,25	R\$ 6.371,75
1.23	Malha canguru	Unidade	20	14273	R\$ 10,42	R\$ 208,40
1.24	Malha tubular	Unidade	300	14273	R\$ 9,80	R\$ 2.940,00
1.25	Máscara laríngea	Unidade	989	14273	R\$ 31,02	R\$ 30.678,78
1.26	Pacote de gaze com 24 unidades	Unidade	204.493	14273	R\$ 10,17	R\$ 2.079.693,81
1.27	Tampão nasal	Unidade	200	14273	R\$ 11,05	R\$ 2.210,00
1.28	Tampão vaginal	Unidade	200	14273	R\$ 13,55	R\$ 2.710,00
1.29	Touca de CPAP	Unidade	600	14273	R\$ 13,41	R\$ 8.046,00
1.30	Umificador de oxigênio	Unidade	7.801	14273	R\$ 24,11	R\$ 188.082,11





**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026**

1.31	Ambu adulto	Unidade	2.796	14273	R\$ 48,82	R\$ 136.500,72
1.32	Ambu infantil	Unidade	1.384	14273	R\$ 48,13	R\$ 66.611,92
1.33	Ambu neonatal	Unidade	868	14273	R\$ 55,87	R\$ 48.495,16
1.34	Bolsa reservatório de ambu	Unidade	1.796	14273	R\$ 26,56	R\$ 47.701,76
1.35	Extensão de ambú	Unidade	2.458	14273	R\$ 19,76	R\$ 48.570,08
1.36	Máscara de ambú	Unidade	1.796	14273	R\$ 25,91	R\$ 46.534,36
1.37	Kit CPAP neonatal completo (1pronga + 2 traqueias finas + 2 conectores)	Unidade	884	14273	R\$ 73,77	R\$ 65.212,68
1.38	Conector de pronga	Unidade	384	14273	R\$ 10,35	R\$ 3.974,40
1.39	Pronga nasal	Unidade	784	14273	R\$ 14,47	R\$ 11.344,48
1.40	Traqueia fina de CPAP	Unidade	584	14273	R\$ 21,43	R\$ 12.515,12
1.41	Kit completo de nebulização (máscara+copo+chicote)	Unidade	29.584	14273	R\$ 24,97	R\$ 738.712,48
1.42	Chicote para nebulização	Unidade	3.504	14273	R\$ 20,08	R\$ 70.360,32
1.43	Copo para nebulização	Unidade	3.104	14273	R\$ 18,69	R\$ 58.013,76
1.44	Máscara para nebulização	Unidade	3.104	14273	R\$ 15,19	R\$ 47.149,76
1.45	Kit completo para macronebulização (máscara+traquéia+copo com tampa)	Unidade	2.812	14273	R\$ 46,81	R\$ 131.629,72
1.46	Copo com tampa para macronebulização	Unidade	1.112	14273	R\$ 30,43	R\$ 33.838,16
1.47	Máscara para macronebulização	Unidade	1.912	14273	R\$ 24,10	R\$ 46.079,20
1.48	Traquéia para macronebulização	Unidade	1.112	14273	R\$ 25,75	R\$ 28.634,00
1.49	Conector universal	Unidade	3.228	14273	R\$ 9,97	R\$ 32.183,16
1.50	Conector reto com extensão de látex	Unidade	3.228	14273	R\$ 20,65	R\$ 66.658,20
1.51	Exercitador respiratório (bocal+dispositivo)	Unidade	400	14273	R\$ 36,23	R\$ 14.492,00



**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026**

1.52	Incentivador inspiratório a fluxo (dispositivo+peça bucal+ traqueia p)	Unidade	600	14273	R\$ 39,23	R\$ 23.538,00
1.53	Incentivador inspiratório AD/Ped a volume (dispositivo+peçabucal+traquéia P)	Unidade	300	14273	R\$ 39,23	R\$ 11.769,00
1.54	Exercitador respiratório expiratório (Threshold)	Unidade	400	14273	R\$ 39,23	R\$ 15.692,00
1.55	Máscara de venturi	Unidade	1.596	14273	R\$ 30,08	R\$ 48.007,68
1.56	Máscara facial total face	Unidade	980	14273	R\$ 28,43	R\$ 27.861,40
1.57	Tenda de traqueostomia	Unidade	500	14273	R\$ 23,47	R\$ 11.735,00
1.58	Circuito respirador bennett adulto (2 traquéias silicone g+ 2 traquéias silicone p+ conexão y +2 copos coletores)	Unidade	1.800	14273	R\$ 74,39	R\$ 133.902,00
1.59	Circuito respirador bennett neonatal (2 traquéias silicone g+ 3 traquéias silicone p+ conexão y + 2 copos coletores + 4 ponteiras)	Unidade	600	14273	R\$ 90,59	R\$ 54.354,00
1.60	Copo de umidificador aquecido para respirador	Unidade	800	14273	R\$ 41,91	R\$ 33.528,00
1.61	Circuito respirador intermed (2traquéias de silicone p + 1 conexão y+2 copos coletores + 1 chicote de pressão)	Unidade	200	14273	R\$ 90,59	R\$ 18.118,00
1.62	Circuito respirador de transporte drager (1traquéia g+ 1 linha dupla de silicone + 1 válvula exalatória)	Unidade	200	14273	R\$ 100,09	R\$ 20.018,00
1.63	Circuito respirador de transporte magnamed ad/neo/ped (2traquéias g+1 conexão em y+1 linha dupla de silicone + 1 conector sensor de fluxo ad/neo/ped)	Unidade	1.368	14273	R\$ 105,14	R\$ 143.831,52
1.64	Chicote de pressão	Unidade	1.168	14273	R\$ 18,47	R\$ 21.572,96
1.65	Conector de circuito	Unidade	2.068	14273	R\$ 15,60	R\$ 32.260,80
1.66	Conector joelho	Unidade	1.488	14273	R\$ 18,60	R\$ 27.676,80
1.67	Conector redutor neo/ped	Unidade	1.576	14273	R\$ 15,60	R\$ 24.585,60
1.68	Conector sensor de fluxo ad/neo/ped	Unidade	1.440	14273	R\$ 15,76	R\$ 22.694,40
1.69	Conexão y	Unidade	2.348	14273	R\$ 12,60	R\$ 29.584,80
1.70	Copo umidificador	Unidade	1.988	14273	R\$ 26,04	R\$ 51.767,52
1.71	Espaço morto (mini traquéia)	Unidade	1.000	14273	R\$ 18,95	R\$ 18.950,00
1.72	Ponteira azul	Unidade	100	14273	R\$ 11,03	R\$ 1.103,00



**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026**

1.73	Traqueia silicone G	Unidade	1.036	14273	R\$ 32,26	R\$ 33.421,36
1.74	Traqueia silicone M	Unidade	1.036	14273	R\$ 25,96	R\$ 26.894,56
1.75	Traqueia silicone P	Unidade	1.236	14273	R\$ 22,43	R\$ 27.723,48
1.76	Válvula exalatória	Unidade	1.486	14273	R\$ 21,20	R\$ 31.503,20
1.77	Kit CPAP adulto completo (1 gerador de fluxo em acrílico + 1 válvula PEEP + 1 conector redutor+1 presilha de silicone)	Unidade	620	14273	R\$ 69,83	R\$ 43.294,60
1.78	Kit EPAP completo (1 máscara de silicone+ 1 conector tipo t+1 fixador cefálico +1 válvula de PEEP+ 1 válvula unidirecional)	Unidade	620	14273	R\$ 82,59	R\$ 51.205,80
1.79	Chicote de ar comprimido	Unidade	620	14273	R\$ 18,47	R\$ 11.451,40
1.80	Chicote de oxigênio	Unidade	932	14273	R\$ 15,29	R\$ 14.250,28
1.81	Conector reto	Unidade	960	14273	R\$ 12,60	R\$ 12.096,00
1.82	Conector tipo T	Unidade	960	14273	R\$ 11,25	R\$ 10.800,00
1.83	Fixador cefálico	Unidade	290	14273	R\$ 23,67	R\$ 6.864,30
1.84	Gerador de fluxo em acrílico	Unidade	290	14273	R\$ 45,86	R\$ 13.299,40
1.85	Máscara de silicone	Unidade	340	14273	R\$ 27,91	R\$ 9.489,40
1.86	Medidor de pico de fluxo	Unidade	290	14273	R\$ 32,07	R\$ 9.300,30
1.87	Presilha de silicone	Unidade	290	14273	R\$ 18,67	R\$ 5.414,30
1.88	Válvula unidirecional	Unidade	290	14273	R\$ 26,20	R\$ 7.598,00
1.89	Frasco para aspiração secreção 500 ml com tampa	Unidade	3.440	14273	R\$ 36,34	R\$ 125.009,60
1.90	Circuito de anestesia adulto com 03 traqueias de silicone corrugadas e conector "Y"	Unidade	2.500	14273	R\$ 78,24	R\$ 195.600,00
1.91	Circuito de anestesia infantil com 03 traqueias de silicone corrugadas e conector "Y"	Unidade	1.000	14273	R\$ 78,24	R\$ 78.240,00
1.92	Circuito de anestesia baraka (composto de balão de borracha, 2 conectores, 1 traqueia corrugada e 1 máscara em silicone)	Unidade	500	14273	R\$ 60,16	R\$ 30.080,00
1.93	Balão respiratório	Unidade	2.500	14273	R\$ 31,50	R\$ 78.750,00



**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026**

1.94	Máscara com coxim inflável adulto	Unidade	1.835	14273	R\$ 26,74	R\$ 49.067,90
1.95	Máscara com coxim inflável pediátrico	Unidade	680	14273	R\$ 24,74	R\$ 16.823,20
1.96	Máscara de alta concentração adulta com reservatório	Unidade	2.588	14273	R\$ 31,60	R\$ 81.780,80
1.97	Máscara de alta concentração pediátrica com reservatório	Unidade	1.364	14273	R\$ 31,60	R\$ 43.102,40
<b>VALOR TOTAL ESTIMADO</b>						<b>R\$ 8.641.809,80</b>

**9.1 Técnica Quantitativa**

**9.1.1** Os quantitativos estimados para atender ao Hospital Público Municipal Dr. Fernando Pereira da Silva – HPM e o Hospital Público Municipal da Serra Evangelina Flores – HPMS, foram estimados no consumo registrado nas medições do Contrato Administrativo de nº 095/2021-FMS que se encontra no 3º Termo Aditivo. Em relação as demais unidades, UPA Barra, UPA Lagomar, Pronto Socorro Municipal da Imbetiba e Pronto Socorro do Aeroporto, as Coordenações de Enfermagem realizaram um preenchimento diário durante o período de 15 dias registrando o número de materiais utilizados, para estimar o quantitativo de produtos a serem reprocessados. Segue abaixo quantitativos estimados por unidades.

ITEM	Descrição do Item	Unidade	QUANT HPMS	HPM e	QUANT SEMAMC	QUANT TOTAL A SER SOLICITADO
1.1	Algodão ortopédico de 10 cm	Unidade	562	0	0	562
1.2	Algodão ortopédico de 15 cm	Unidade	350	0	0	350
1.3	Algodão ortopédico de 20 cm	Unidade	350	0	0	350
1.4	Atadura de crepom de 10 cm	Unidade	1368	0	0	1.368
1.5	Atadura de crepom de 15 cm	Unidade	2186	0	0	2.186
1.6	Atadura de crepom de 20 cm	Unidade	2318	0	0	2.318
1.7	Atadura de crepom de 30 cm	Unidade	1215	0	0	1.215
1.8	Aparelho de dermatomo + lâmina	Unidade	100	0	0	100
1.9	Cabo + pinça eletrocalterio bipolar	Unidade	230	0	0	230
1.10	Caneta de bisturi com ponteira	Unidade	6000	0	0	6.000
1.11	Cânula de guede!	Unidade	1000	768	0	1.768
1.12	Cânula de traqueostomia metálica com guia	Unidade	240	0	0	240
1.13	Colher de silicone	Unidade	100	0	0	100
1.14	Conjunto de compressa cirúrgica (Sunid)	Unidade	10000	0	0	10.000



**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026**

1.15	Copo plástico para aspiração de 500 ml	Unidade	1500	2.160	3.660
1.16	Cotonete (3unid)	Unidade	300	0	300
1.17	Curativo médio	Unidade	58000	24.000	82.000
1.18	Dreno de pen rose (1unid)	Unidade	500	0	500
1.19	Extensão de silicone	Unidade	10.000	7200	17.200
1.20	Extensor da plástica	Unidade	15	0	15
1.21	Faixa de Smarch	Unidade	300	0	300
1.22	Fio guia uretral	Unidade	331	0	331
1.23	Malha canguru	Unidade	20	0	20
1.24	Malha tubular	Unidade	300	0	300
1.25	Máscara laringea	Unidade	365	624	989
1.26	Pacote de gaze com 24 unidades	Unidade	174493	30.000	204.493
1.27	Tampão nasal	Unidade	200	0	200
1.28	Tampão vaginal	Unidade	200	0	200
1.29	Touca de CPAP	Unidade	600	0	600
1.30	Umidificador de oxigênio	Unidade	2761	5.040	7.801
1.31	Ambu adulto	Unidade	1500	1.296	2.796
1.32	Ambu infantil	Unidade	700	684	1384
1.33	Ambu neonatal	Unidade	700	168	868
1.34	Bolsa reservatório de ambu	Unidade	500	1296	1796
1.35	Extensão de ambú	Unidade	1162	1296	2458
1.36	Máscara de ambú	Unidade	500	1296	1796
1.37	Kit CPAP neonatal completo (1pronga + 2 traqueias finas + 2 conectores)	Unidade	800	84	884
1.38	Conector de pronga	Unidade	300	84	384
1.39	Pronga nasal	Unidade	700	84	784
1.40	Traqueia fina de CPAP	Unidade	500	84	584
1.141	Kit completo de nebulização (máscara+copo+chicote)	Unidade	28000	1.584	29.584
1.42	Chicote para nebulização	Unidade	1200	2.304	3.504
1.43	Copo para nebulização	Unidade	800	2304	3104
1.44	Máscara para nebulização	Unidade	800	2304	3104
1.45	Kit completo para macronebulização (máscara+traqueia+copo com tampa)	Unidade	1900	912	2.812
1.46	Copo com tampa para macronebulização	Unidade	200	912	1112



**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026**

1.47	Máscara para macronebulização	Unidade	1000	912	1912
1.48	Traqueia para macronebulização	Unidade	200	912	1112
1.49	Conector universal	Unidade	3000	228	3.228
1.50	Conector reto com extensão de látex	Unidade	3000	228	3228
1.51	Exercitador respiratório (bocal+dispositivo)	Unidade	400	0	400
1.52	Incentivador inspiratório a fluxo (dispositivo+peça bucal+ traqueia p)	Unidade	600	0	600
1.53	Incentivador inspiratório AD/Ped a volume (dispositivo+peçabucal+traqueia P)	Unidade	300	0	300
1.54	Exercitador respiratório expiratório (Threshold)	Unidade	400	0	400
1.55	Máscara de venturi	Unidade	300	1296	1596
1.156	Máscara facial total face	Unidade	200	780	980
1.57	Tenda de traqueostomia	Unidade	500	0	500
1.58	Circuito respirador bennett adulto (2 traqueias silicone g+ 2 traqueias silicone p+ conexão y +2 copos coletores)	Unidade	1800	0	1800
1.59	Circuito respirador bennett neonatal (2 traqueias silicone g+ 3 traqueias silicone p+ conexão y + 2 copos coletores + 4 ponteiras)	Unidade	600	0	600
1.60	Copo de umidificador aquecido para respirador	Unidade	800	0	800
1.61	Circuito respirador intermed (2traquéias de silicone p + 1 conexão y+2 copos coletores + 1 chicote de pressão)	Unidade	200	0	200
1.62	Circuito respirador de transporte drager (1traquéia g+ 1 linha dupla de silicone + 1 válvula exalatória)	Unidade	200	0	200
1.63	Circuito respirador de transporte magnamed ad/neo/ped (2traquéias g+1 conexão em y+1 linha dupla de silicone + 1 conector sensor de fluxo ad/neo/ped)	Unidade	300	1068	1368
1.64	Chicote de pressão	Unidade	100	1068	1168
1.65	Conector de circuito	Unidade	1000	1.068	2.068
1.66	Conector joelho	Unidade	576	912	1488
1.67	Conector redutor neo/ped	Unidade	1000	576	1.576
1.68	Conector sensor de fluxo ad/neo/ped	Unidade	900	540	1440
1.69	Conexão y	Unidade	800	1548	2348
1.70	Copo umidificador	Unidade	200	1788	1988
1.71	Espaço morto (mini traquéia)	Unidade	1000	0	1.000
1.72	Ponteira azul	Unidade	100	0	100



**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026**

1.73	Traqueia silicone G	Unidade	1000	36	1.036
1.74	Traqueia silicone M	Unidade	1000	36	1.036
1.75	Traqueia silicone P	Unidade	1200	36	1.236
1.76	Válvula exalatória	Unidade	1102	384	1486
1.77	Kit CPAP adulto completo (1 gerador de fluxo em acrílico + 1 válvula PEEP + 1 conector redutor+1 presilha de silicone)	Unidade	500	120	620
1.78	Kit EPAP completo (1 máscara de silicone+ 1 conector tipo t+1 fixador cefálico +1 válvula de PEEP+ 1 válvula unidirecional)	Unidade	500	120	620
1.79	Chicote de ar comprimido	Unidade	500	120	620
1.80	Chicote de oxigênio	Unidade	500	432	932
1.81	Conector reto	Unidade	720	240	960
1.82	Conector tipo T	Unidade	720	240	960
1.83	Fixador cefálico	Unidade	50	240	290
1.84	Gerador de fluxo em acrílico	Unidade	50	240	290
1.85	Máscara de silicone	Unidade	100	240	340
1.86	Medidor de pico de fluxo	Unidade	50	240	290
1.87	Presilha de silicone	Unidade	50	240	290
1.88	Válvula unidirecional	Unidade	50	240	290
1.89	Frasco para aspiração secreção 500 ml com tampa	Unidade	2000	1.440	3.440
1.90	Circuito de anestesia adulto com 03 traqueias de silicone corrugadas e conector "Y"	Unidade	2500	0	2.500
1.91	Circuito de anestesia infantil com 03 traqueias de silicone corrugadas e conector "Y"	Unidade	1000	0	1.000
1.92	Circuito de anestesia baraka (composto de balão de borracha, 2 conectores, 1 traqueia corrugada e 1 máscara em silicone)	Unidade	500	0	500
1.93	Balão respiratório	Unidade	2500	0	2500
1.94	Máscara com coxim inflável adulto	Unidade	1595	240	1.835
1.95	Máscara com coxim inflável pediátrico	Unidade	500	180	680
1.96	Máscara de alta concentração adulta com reservatório	Unidade	500	2088	2588
1.97	Máscara de alta concentração pediátrica com reservatório	Unidade	500	864	1364

**9.1.2** Os quantitativos estimados acima foram obtidos da seguinte forma:

**9.1.2.1** Referente as unidades de urgência e emergência da SEMAMC:

**9.1.2.1.1** Os quantitativos estimado referente as unidades de urgência e emergência tais como, UPA Barra, UPA Lagomar, PSM e PSA, foram obtidos através de um levantamento motivado pela Coordenação Geral de Enfermagem da SEMUSA, onde juntamente com sua equipe de coordenadores de enfermagem de cada respectiva unidade, realizou um levantamento por um período de 1 mês, a produção diária dos itens constantes neste processo (documento anexo) gerando o quantitativo apresentado abaixo:





**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026**

LEVANTAMENTO DO QUANTITATIVO DE MATERIAIS TERMOSENSÍVEIS REPROCESSADOS PELA CENTRAL DE MATERIAL E ESTERILIZAÇÃO DAS UNIDADES DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA SEAMC UPA LAGOMAR, UPA BARRA, PSM E PSA

ITEM	Descrição do Item	Unidade	UPA LAGOMAR	UPA BARRA	PSM	PSA	TOTAL MENSAL	TOTAL ANUAL
1.1	Algodão ortopédico de 10 cm	Unidade	0	0	0	0	0	0
1.2	Algodão ortopédico de 15 cm	Unidade	0	0	0	0	0	0
1.3	Algodão ortopédico de 20 cm	Unidade	0	0	0	0	0	0
1.4	Atadura de crepom de 10 cm	Unidade	0	0	0	0	0	0
1.5	Atadura de crepom de 15 cm	Unidade	0	0	0	0	0	0
1.6	Atadura de crepom de 20 cm	Unidade	0	0	0	0	0	0
1.7	Atadura de crepom de 30 cm	Unidade	0	0	0	0	0	0
1.8	Aparelho de dermatomo + lâmina	Unidade	0	0	0	0	0	0
1.9	Cabo + pinça eletrocalterio bipolar	Unidade	0	0	0	0	0	0
1.10	Caneta de bisturi com ponteira	Unidade	0	0	0	0	0	0
1.11	Cânula de guedel	Unidade	16	16	16	16	64	768
1.12	Cânula de traqueostomia metálica com guia	Unidade	0	0	0	0	0	0
1.13	Colher de silicone	Unidade	0	0	0	0	0	0
1.14	Conjunto de compressa cirúrgica (Sunid)	Unidade	0	0	0	0	0	0
1.15	Copo plástico para aspiração de 500 ml	Unidade	30	60	45	45	180	2160
1.16	Cotonete (3unid)	Unidade	0	0	0	0	0	0
1.17	Curativo médio	Unidade	200	600	300	900	2000	24000
1.18	Dreno de pen rose (1unid)	Unidade	0	0	0	0	0	0
1.19	Extensão de silicone	Unidade	210	90	150	150	600	7200
1.20	Extensor da plástica	Unidade	0	0	0	0	0	0
1.21	Faixa de Smarch	Unidade	0	0	0	0	0	0
1.22	Fio guia uretral	Unidade	0	0	0	0	0	0
1.23	Malha canguru	Unidade	0	0	0	0	0	0
1.24	Malha tubular	Unidade	0	0	0	0	0	0
1.25	Máscara laríngea	Unidade	16	10	13	13	52	624
1.26	Pacote de gaze com 24 unidades	Unidade	750	500	625	625	2500	30000
1.27	Tampão nasal	Unidade	0	0	0	0	0	0
1.28	Tampão vaginal	Unidade	0	0	0	0	0	0



**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026**

1.29	Touca de CPAP	Unidade	0	0	0	0	0	0
1.30	Umificador de oxigênio	Unidade	150	60	105	105	420	5040
1.31	Ambu adulto	Unidade	24	30	27	27	108	1296
1.32	Ambu infantil	Unidade	8	30	0	19	57	684
1.33	Ambu neonatal	Unidade	4	5	0	5	14	168
1.34	Bolsa reservatório de ambu	Unidade	24	30	27	27	108	1296
1.35	Extensão de ambú	Unidade	24	30	27	27	108	1296
1.36	Máscara de ambú	Unidade	24	30	27	27	108	1296
1.37	Kit CPAP neonatal completo (1pronga + 2 traqueias finas + 2 conectores)	Unidade	3	2	0	2	7	84
1.38	Conector de pronga	Unidade	3	2	0	2	7	84
1.39	Pronga nasal	Unidade	3	2	0	2	7	84
1.40	Traqueia fina de CPAP	Unidade	3	2	0	2	7	84
1.41	Kit completo de nebulização (máscara+copo+chicote)	Unidade	36	30	33	33	132	1584
1.42	Chicote para nebulização	Unidade	36	60	48	48	192	2304
1.43	Copo para nebulização	Unidade	36	60	48	48	192	2304
1.44	Máscara para nebulização	Unidade	36	60	48	48	192	2304
1.45	Kit completo para macronebulização (máscara+traqueia+copo com tampa)	Unidade	8	30	19	19	76	912
1.46	Copo com tampa para macronebulização	Unidade	8	30	19	19	76	912
1.47	Máscara para macronebulização	Unidade	8	30	19	19	76	912
1.48	Traqueia para macronebulização	Unidade	8	30	19	19	76	912
1.49	Conector universal	Unidade	4	5	5	5	19	228
1.50	Conector reto com extensão de látex	Unidade	4	5	5	5	19	228
1.51	Exercitador respiratório (bocal+dispositivo)	Unidade	0	0	0	0	0	0
1.52	Incentivador inspiratório a fluxo (dispositivo+peça bucal+ traqueia p)	Unidade	0	0	0	0	0	0
1.53	Incentivador inspiratório AD/Ped a volume (dispositivo+peça bucal+traqueia P)	Unidade	0	0	0	0	0	0
1.54	Exercitador respiratório expiratório (Threshold)	Unidade	0	0	0	0	0	0
1.55	Máscara de venturi	Unidade	24	30	27	27	108	1296
1.56	Máscara facial total face	Unidade	12	15	19	19	65	780



**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026**

1.57	Tenda de traqueostomia	Unidade	0	0	0	0	0	0
1.58	Circuito respirador bennett adulto (2 traqueias silicone g+ 2 traqueias silicone p+ conexão y +2 copos coletores)	Unidade	0	0	0	0	0	0
1.59	Circuito respirador bennett neonatal (2 traqueias silicone g+ 3 traqueias silicone p+ conexão y + 2 copos coletores + 4 ponteiras)	Unidade	0	0	0	0	0	0
1.60	Copo de umidificador aquecido para respirador	Unidade	0	0	0	0	0	0
1.61	Circuito respirador intermed (2traqueias de silicone p + 1 conexão y+2 copos coletores + 1 chicote de pressão)	Unidade	0	0	0	0	0	0
1.62	Circuito respirador de transporte drager (1traqueia g+ 1 linha dupla de silicone + 1 válvula exalatória)	Unidade	0	0	0	0	0	0
1.63	Circuito respirador de transporte magnamed ad/neo/ped (2traqueias g+1 conexão em y+1 linha dupla de silicone + 1 conector sensor de fluxo ad/neo/ped)	Unidade	15	30	22	22	89	1068
1.64	Chicote de pressão	Unidade	15	30	22	22	89	1068
1.65	Conector de circuito	Unidade	15	30	22	22	89	1068
1.66	Conector joelho	Unidade	8	30	19	19	76	912
1.67	Conector redutor neo/ped	Unidade	2	30	0	16	48	576
1.68	Conector sensor de fluxo ad/neo/ped	Unidade	0	30	0	15	45	540
1.69	Conexão y	Unidade	35	30	32	32	129	1548
1.70	Copo umidificador	Unidade	15	60	37	37	149	1788
1.71	Espaço morto (mini traqueia)	Unidade	0	0	0	0	0	0
1.72	Ponteira azul	Unidade	0	0	0	0	0	0
1.73	Traqueia silicone G	Unidade	0	1	1	1	3	36
1.74	Traqueia silicone M	Unidade	0	1	1	1	3	36
1.75	Traqueia silicone P	Unidade	0	1	1	1	3	36
1.76	Válvula exalatória	Unidade	15	1	8	8	32	384
1.77	Kit CPAP adulto completo (1 gerador de fluxo em acrílico + 1 válvula PEEP + 1 conector redutor+1 presilha de silicone)	Unidade	10	0	0	0	10	120
1.78	Kit EPAP completo (1 máscara de silicone+ 1 conector tipo t+1 fixador cefálico +1 válvula de PEEP+ 1 válvula unidirecional)	Unidade	10	0	0	0	10	120
1.79	Chicote de ar comprimido	Unidade	10	0	0	0	10	120
1.80	Chicote de oxigênio	Unidade	10	8	9	9	36	432
1.81	Conector reto	Unidade	10	0	5	5	20	240
1.82	Conector tipo T	Unidade	10	0	5	5	20	240
1.83	Fixador cefálico	Unidade	10	0	5	5	20	240
1.84	Gerador de fluxo em acrílico	Unidade	10	0	5	5	20	240



**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026**

1.85	Máscara de silicone	Unidade	10	0	5	5	20	240
1.86	Medidor de pico de fluxo	Unidade	10	0	5	5	20	240
1.87	Presilha de silicone	Unidade	10	0	5	5	20	240
1.88	Válvula unidirecional	Unidade	10	0	5	5	20	240
1.89	Frasco para aspiração secreção 500 ml com tampa	Unidade	30	30	30	30	120	1440
1.90	Circuito de anestesia adulto com 03 traqueias de silicone corrugadas e conector "Y"	Unidade	0	0	0	0	0	0
1.91	Circuito de anestesia infantil com 03 traqueias de silicone corrugadas e conector "Y"	Unidade	0	0	0	0	0	0
1.92	Circuito de anestesia baraka (composto de balão de borracha, 2 conectores, 1 traqueia corrugada e 1 máscara em silicone)	Unidade	0	0	0	0	0	0
1.93	Balão respiratório	Unidade	0	0	0	0	0	0
1.94	Máscara com coxim inflável adulto	Unidade	10	0	5	5	20	240
1.95	Máscara com coxim inflável pediátrico	Unidade	10	0	0	5	15	180
1.96	Máscara de alta concentração adulta com reservatório	Unidade	40	60	37	37	174	2088
1.97	Máscara de alta concentração pediátrica com reservatório	Unidade	20	30	0	22	72	864

**9.1.3** Referente as unidades hospitalares da SEMAMC:

**9.1.3.1** Os quantitativos constantes nos itens 1.2, 1.3, 1.7 ao 1.9., 1.11 ao 1.24, 1.27 ao 1,29, 1.31 ao 1.34, 1,36 ao 1.75, 1.77 ao 1.93 e 1.95 ao 1.97 são os mesmos presentes no Contrato nº 095/2021-FMS em vigência no seu 3º Termo Aditivo;

**9.1.3.2** Os quantitativos constantes nos itens 1.1, 1.4 ao 1.6, 1.10, 1.25, 1.26, 1.30, 1,35, 1.76 e 1.94 foram estimados na média de consumo dividido pelo período onde cada item foi consumido, gerando uma média mensal, multiplicando por 12 e acrescentando uma margem de segurança no quantitativo de 20%. Conforme Planilha de Execução Contratual há alguns itens que o consumo foi acima do estimado no processo anterior, comprometendo o saldo. Desta forma, para que não haja descontinuidade na prestação de serviço para estes itens, além de ter sido baseada na média de consumo, foi acrescida a margem de segurança de 20% nos itens. O acréscimo é justificável devido a variação no número de pacientes atendidos, pois não há como estimar de forma exata. Não haverá prejuízo ao erário pois será pago somente os artigos que forem reprocessados/esterilizados.

**10 VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO**

**10.1** O valor total estimado para a contratação é de **R\$ 8.641.809,80 (Oito milhões seiscentos e quarenta e um mil oitocentos e nove reais e oitenta centavos).**

**10.2** Não obstante, procedemos com pesquisa junto ao **Banco de Preços – NP (fls. 208/236), COMPRAS.GOV (fls. 180/207)** com intuito de atender ao disposto no Art. 11º, Incisos I, II e III, do Decreto Municipal nº 026/2023.



## **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026**

**10.3** Conforme despacho do setor de compras à fl. 759, foi adotada a média dos preços apurados como metodologia de pesquisa de preços.

### **11 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**11.1** As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta dos recursos consignados na seguinte dotação orçamentária:

Programa de trabalho nº.: **10.302.0009.2.254000**

Elemento de Despesa nº.: **3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PJ**

Código Reduzido nº.: **1763**

Fonte de Recurso: **600**

### **12 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**12.1** Executar os serviços, obedecendo rigorosamente às especificações discriminadas no Termo de Referência e principalmente aos preceitos instituídos pela legislação de regência.

**12.2** Manter, durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação.

**12.3** Não transferir para outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato a ser firmado.

**12.4** Responsabilizar-se, exclusivamente, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução da contratação.

**12.5** Arcar com todas as despesas operacionais, correspondentes a deslocamentos, fretes, seguros, taxas, emolumentos, cópias e quaisquer outras necessárias à execução do objeto desta contratação.

**12.6** Executar a contratação através de pessoas idôneas, assumindo total responsabilidade por quaisquer danos ou faltas que os mesmos venham a cometer no desempenho das funções, podendo a Administração exigir a retirada daquelas cuja conduta seja julgada inconveniente e obrigando-se também a indenizar a Administração por todos os danos e prejuízos que eventualmente ocasionarem.

**12.7** Responder perante o órgão gestor da contratação por qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência dos serviços contratados, por atos de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, assegurando à Administração o exercício do direito de regresso, eximindo-o de qualquer solidariedade ou responsabilidade de qualquer natureza.

**12.8** Facilitar e permitir ao órgão gestor da contratação, a qualquer momento, a realização de auditoria dos materiais fornecidos, sem que isso incorra em isenção de responsabilidade, bem como esclarecer prontamente as questões relativas à execução da contratação, quando solicitada.

**12.9** Não utilizar o nome do Município de Macaé ou do órgão gestor da contratação em quaisquer atividades de divulgação de sua empresa, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e outros impressos.

**12.10** Não se pronunciar em nome do Município de Macaé ou do órgão gestor da contratação aos meios de imprensa ou clientes sobre quaisquer assuntos relativos à sua atividade, bem como sobre os serviços ao seu cargo.



**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026**

**12.11** Comunicar ao órgão gestor da contratação, no prazo de 10 (dez) dias de antecedência, qualquer alteração na composição societária da empresa ou em seu quadro técnico.

**12.12** Comunicar ao órgão gestor da contratação, com antecedência mínima de 2 (dois) dias o pedido de afastamento temporário, bem como, quaisquer alterações cadastrais da empresa (end., tel., fax, e-mail).

**12.12.1** A contratada deverá informar à CONTRATANTE endereço de e-mail eletrônico através do qual serão realizadas as comunicações, intimações e notificações, devendo estar a CONTRATADA ciente dos prazos constantes na referida lei, bem como, estar ciente de que se sujeitará a remessa das respectivas manifestações por via eletrônica.

**12.13** Guardar por si, por seus empregados e prepostos, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados, ou por qualquer forma ou modo venham tomar conhecimento, o mais completo e absoluto sigilo, em razão do fornecimento a serem confiados, ficando, portanto, por força da lei civil e criminal, responsável por sua indevida divulgação, descuidada e incorreta utilização, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos a que der causa.

**12.14** Obedecer às determinações legais ou emanadas das autoridades constituídas, sendo a única responsável pelas providências necessárias e pelos efeitos decorrentes de eventuais inobservâncias delas.

**12.15** Apresentar ao órgão gestor da contratação, junto com a(s) nota(s) fiscal(is), os documentos exigidos para pagamento, sob pena de retenção total ou parcial do pagamento.

**12.16** Cumprir com as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e aprendiz.

**12.17** Assumir total responsabilidade pelos serviços e materiais utilizados que apresentarem não conformidade, má qualidade e/ou irregularidades, responsabilizando-se por eventuais danos e/ou prejuízos causados a terceiros e/ou a coisas e bens do Município de Macaé e do órgão gestor da contratação, arcando com as respectivas indenizações, que poderão ser imediatamente retidas, e/ou reembolsando de imediato o valor do prejuízo acarretado.

**12.18** Substituir e/ou reparar, por sua conta e responsabilidade, os serviços e materiais considerados inadequados ou imperfeitos, ou que estiverem em desacordo com o ora pactuado, respeitando os prazos fixados, ficando a critério do órgão gestor da contratação aprovar ou rejeitar, sem prejuízo das multas contratuais.

**12.19** Requerer a exclusão do Município e do órgão gestor da contratação de lide que venha a ser movida por qualquer motivo relacionado aos compromissos aqui contratados, inclusive por seus funcionários, sob pena de ressarcimento dos prejuízos advindos do processo judicial, acrescido de perdas e danos, sem prejuízo de rescisão contratual.

**12.20** Obter as licenças junto às repartições competentes, necessárias ao cumprimento das obrigações contratuais e mantê-las atualizadas.

**12.21** A Contratada deverá fornecer, a fim de evitarmos contaminação, risco ocupacional e para o transporte seguro dos produtos para a saúde, caixas plásticas impermeáveis tipo contêiner com tampa,



## **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026**

quantas forem necessárias, à título de comodato, para o acondicionamento dos artigos que serão remetidos pela contratante, pelo prazo de vigência do contrato. Não sendo permitidas quaisquer outros tipos de caixas, não aprovadas pela contratante.

**12.22** As referidas caixas não poderão ser enviadas sujas, molhadas, quebradas, rachadas ou qualquer outro dano, sem tampa, com identificação de outros clientes, ou que ofereçam risco ao transporte seguro dos produtos para a saúde. As caixas deverão ser higienizadas e desinfetadas pela contratada, sempre que a contratante remeter produtos para serem processados e serem devolvidas higienizadas, sem etiquetas de outros clientes.

**12.23** A contratante reserva-se ao direito de recusar e devolver as caixas que estejam em más condições acima mencionadas, cabendo à contratada, providenciar a sua imediata reposição, de modo que não prejudique e nem impeça a remessa dos produtos para a empresa.

**12.24** A contratada deverá dispor de um sistema de rastreamento com registro de data e hora de todo o material remetido pela contratante, por tecnologia de gravação de imagem (filmagem), que vise elucidar ambas as partes, quanto a possíveis dúvidas, erros, danos, ausências e divergências de encaminhamento de produtos. A gravação das imagens deverá estar disponível para consulta da contratante, pelo período mínimo de 30 (trinta) dias.

**12.25** A contratada deverá remeter à contratante, num prazo máximo de 48 a 72 horas, todos os produtos que foram remetidos para serem processados, para que não ocorram prejuízos no atendimento aos clientes deste nosocômio. Inclusive os produtos que não foram processados devem ser devolvidos neste prazo com a devida justificativa.

**12.26** A contratada deverá garantir a integridade das embalagens, as condições de entrega do material e conformidade com a listagem de envio. Os materiais não conformes, após a inspeção, deverão ser entregues separadamente com relatório informando a não conformidade.

**12.27** A contratada deverá assegurar que não ocorram perdas, extravios, quebras, trocas de setores, desvios de qualidade ou qualquer outro dano nos produtos remetidos pela contratante, não sendo aceitos desconto em serviços, doações de materiais, como forma e reparação. O item que, eventualmente sofrer algum tipo de dano ou extravio deverá ser substituído por outro igual (em valor e marca), em até sete dias consecutivos da identificação do problema.

**12.28** As eventuais reclamações, dúvidas e esclarecimentos que a contratante possua, deverão ser solucionados e dado retorno, num prazo máximo de 48 horas (quarenta e oito) horas.

**12.29** A contratada deverá assegurar em todos os casos, principalmente em casos de chuva e mudanças climáticas, que os produtos estéreis serão entregues sem risco de contaminação, garantindo embalagem interna e caixas para transporte plásticas, secas e limpas, fornecidas pela contratada à título de comodato, não sendo admitidas caixas de papelão ou similares que possam molhar e contaminar o material, além de favorecer o aparecimento de animais sinantrópicos, conforme exigências da legislação vigente.

**12.30** A contratada deverá contar com um corpo técnico que realize visitas periódicas aos setores encaminhantes, formulando orientações quanto ao encaminhamento de artigos, nomenclaturas





## **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026**

específicas dos mesmos, esclarecimentos de dúvidas, demonstração de erros de remessa pela unidade/setor encaminhadora e tudo o que se faça necessário para o bom atendimento do serviço pela contratada e entendimento entre ambas as partes.

**12.31** A contratada deverá fornecer um impresso, em três vias, para as unidades encaminhadoras a fim de controlar a remessa dos produtos enviados a empresa contratada.

**12.32** Na entrega dos produtos processados, deverá acompanhar as caixas contendo os materiais uma listagem em três vias, relacionando os itens e suas respectivas quantidades. Essa listagem deve ser individualizada para cada unidade/setor encaminhadora.

**12.33** O veículo de transporte dos produtos para saúde, empregados pela empresa, deve ser de uso exclusivo para este fim, devendo ser asseguradas as condições de higiene e desinfecção, seguindo a recomendação da RDC nº 015/2012. A empresa deve apresentar a comprovação da limpeza e manutenção periódica dos veículos utilizados.

**12.34** Quando o veículo de transporte de produtos para saúde for o mesmo para os produtos processados e produtos ainda não processados, a área de carga do veículo deve ser fisicamente dividida em ambientes distintos com acesso independentes e devidamente identificados, garantindo o fluxo de materiais em seu interior com divisórias, de forma que não haja cruzamento dos materiais contaminados com os materiais esterilizados para uso.

**12.35** A empresa contratada deverá realizar o processo de limpeza, preparo e esterilização conforme determina a RDC/ANVISA nº 015/2012 e atender a portaria interministerial nº 482/1999.

**12.36** A contratada deverá assegurar a perfeita rastreabilidade dos artigos remetidos pela contratante, conforme determina a RE 2606/2006/ANVISA, devendo disponibilizar tecnologia, a fim de permitir a rastreabilidade das remessas dos produtos nas unidades de saúde/setores, quanto ao número de seus processamentos determinados pela contratante.

**12.37** A empresa contratada deverá atender ao disposto na Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 15 de 12 de março de 2012, da ANVISA, Portaria Interministerial nº 482 de 16 de abril de 1999, dos Ministérios da Saúde e do Trabalho e Emprego e ao disposto na RDC nº 156, de 11 de agosto de 2006, Resolução ANVISA nº 2605, de 11 de agosto de 2006 e Resolução da ANVISA nº 2606, de 11 de agosto de 2006.

**12.38** O envio dos produtos seguirá as determinações da RDC nº 156/2006, seguindo a rotulagem dos produtos para saúde. A empresa contratada deverá proceder a devolução dos materiais que não estiverem de acordo com a referida normatização.

**12.39** A empresa deve apresentar Programa de Prevenção a Riscos Ambientais (PPRA) e Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO).

**12.40** Possuir um sistema de contingência para: falta de energia elétrica, falta de água e para transporte.

**12.41** Licença Ambiental expedida pelo órgão de Meio Ambiente competente;



## **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026**

**12.42** Certificação anual atualizada da calibração do sensor de pressão, da temperatura e validação das câmaras esterilizadoras, conforme os requisitos da NBR ISSO 11135:2018;

**12.43** Certificação anual atualizada do cromatógrafo gasoso;

**12.44** Comprovação atualizada da qualidade de apirogenicidade da água, do filtro da osmose reversa, de no mínimo 3 meses;

**12.45** Laudo físico-químico e microbiológico da qualidade da água potável e da água purificada de no mínimo 6 meses;

**12.46** Comprovação das manutenções periódicas de todos os equipamentos utilizados nas etapas de processamento dos produtos para a saúde, por ex.: lavadoras, seladoras, secadoras, esterilizadoras;

**12.47** Comprovação das validações anuais de todos os equipamentos utilizados nas etapas de processamento dos produtos para a saúde.

### **13 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**13.1** Promover, na forma da legislação de regência, o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto do Termo de Referência. A existência de fiscalização de modo algum atenua ou exime a responsabilidade da Contratada por qualquer vício ou defeito na execução do contrato.

**13.2** Notificar, por escrito, à Contratada sobre eventuais irregularidades encontradas no fiel cumprimento de suas obrigações, observando os prazos para adequação.

**13.3** Efetuar os pagamentos devidos à Contratada pelos serviços e materiais efetivamente executados e faturados, nas condições estabelecidas neste Termo de Referência.

### **14 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**14.1** A licitante ou a contratada será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

**14.1.1** Dar causa à inexecução parcial do contrato;

**14.1.2.** Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause dano grave à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**14.1.3.** Dar causa à inexecução total do contrato

**14.1.4.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, quando exigidas;

**14.1.5.** Não manter a proposta, inclusive no que tange à apresentação de amostra ou prova de conceito, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

**14.1.6.** Não celebrar contrato/instrumento equivalente ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**14.1.7.** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

**14.1.8.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato/instrumento equivalente;



## **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026**

14.1.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

14.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

14.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções:

14.2.1. Advertência por escrito;

14.2.2. Multa, não inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor da contratação;

14.2.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Macaé, pelo prazo máximo de 03 (três) anos;

14.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

14.3. A aplicação de sanções observará o devido processo administrativo, na forma da Lei Federal nº 14.133/2021, combinada com o artigo 29 e seguintes da Lei Municipal nº 4.960/2022.

14.4 As infrações classificadas como Dano Grave, nos termos do art. 3º, inciso II do Decreto Municipal nº 032/2026, poderão ensejar a aplicação cumulativa da sanção de multa com a de declaração de inidoneidade, observada a competência da autoridade superior e a demonstração de que sanções menos gravosas são insuficientes para reprovar as condutas.

14.5. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

14.6. As sanções aplicadas serão obrigatoriamente registradas junto à Coordenadoria Geral de Contratos, bem como no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep).

14.7. A aplicação das sanções não exonera o infrator de eventual ação por perdas e danos que seu ato ensejar.

14.8. O valor das multas que, porventura forem aplicadas, serão descontadas da garantia da respectiva Contratada. Se a multa aplicada for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a Contratada pela diferença a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo órgão gestor da contratação ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

14.9. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública.

## **15 GARANTIA CONTRATUAL**



## **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026**

**15.1** Fica a Contratada obrigada a apresentar à Tesouraria do Fundo Municipal de Saúde, no prazo máximo de 10(dez) dias úteis, contado da data da assinatura do Contrato ou Instrumento equivalente, comprovante de prestação de garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do Contrato, com validade para todo o período contratual, mediante a opção por uma dentre as seguintes modalidades, caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia, seguro-garantia e fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, conforme Art. 96, caput, c/c §1º, incisos I, II, III e IV da Lei Federal nº 14.133/21.

**15.1.10** edital fixa o prazo de um mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia pelo contrato quando optar pela modalidade seguro-garantia.

**15.1.20** prazo de vigência da apólice será igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato principal e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora;

**15.1.30** seguro-garantia continuará em vigor mesmo se o contratado não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas.

**15.2** A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em Banco Oficial, em conta específica com correção monetária, em favor do Município de Macaé.

**15.3** A garantia, inclusive na modalidade seguro-garantia, poderá ser executada para ressarcimento do Município de Macaé e para pagamento dos valores das multas moratórias, multas punitivas, indenizações a ele devidas pelo Contratado, bem como de débitos da empresa para com os encargos fiscais, previdenciários e trabalhistas relacionados com o presente contrato, tais como: INSS, FGTS, impostos, salários, vales-transporte, vales-refeição, verbas rescisórias, prejuízos advindos do não cumprimento do contrato, multas punitivas aplicadas pela fiscalização à contratada e prejuízos diretos causados à contratante decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato.

**15.4** A Contratada fica obrigada a repor o valor da garantia quando esta for utilizada por cobertura de multas, desde que não tenha havido rescisão.

**15.5** No caso de renovação da contratação, a Contratada deverá renovar a garantia.

**15.6** Havendo aditivos de valor e/ou prazos, reajustes, atualizações, revisões ou repactuações, a Contratada reforçará a garantia, conforme o caso.

**15.7** O prazo de vigência da garantia será igual ao de vigência da contratação, acrescido de 90(noventa) dias após a última aplicação.

**15.8** A garantia somente poderá ser levantada após o recebimento definitivo do objeto pela fiscalização.

**15.9** A não observância do prazo fixado para apresentação da garantia estabelecida neste item acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor da contratação por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento).



## **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026**

**15.10** O atraso superior a 30(trinta) dias úteis para a apresentação da garantia poderá acarretar a rescisão unilateral da contratação, sem prejuízo da multa prevista no subitem anterior.

**15.11** A apresentação da garantia não isenta as partes de suas obrigações e responsabilidades atribuídas neste Termo de Referência e todas as documentações inseridas no **Processo Administrativo nº 401.699/2025**.

### **16 REAJUSTE/REPACTUAÇÃO**

**16.1** Os preços que vierem a ser contratados em decorrência desta licitação serão fixos e irreajustáveis, pelo período de 01 (um) ano, a contar da data do orçamento estimado (**27 de maio de 2026 – último mapa comparativo de valores**), podendo ser reajustados a partir desta data, e assim, a cada período de um ano contado do último reajuste, desde que requerido pela CONTRATADA e caso se verifique hipótese legal que autorize reajustamento, utilizando -se a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), instituído pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou outro que venha a substituí-lo, nos termos do artigos 182, da Lei Federal nº 14.133/2021.

**16.2** A CONTRATADA não terá direito ao reajuste a que alude o subitem anterior, para a etapa do **serviço** que sofrer atraso em consequência da ação ou omissão motivada pela própria CONTRATADA, e também da que for executada fora do prazo sem que tenha sido autorizada a respectiva prorrogação.

**16.3** No caso de reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno de um ano deve considerar a data do último reajuste concedido.

**16.4** Os efeitos financeiros do reajuste ocorrerão somente em relação aos itens que o motivaram e aos saldos de quantitativos porventura existentes.

**16.5** Nos termos do artigo 70 do Decreto Municipal nº 026/2023, serão objeto de preclusão:

**16.5.1** As solicitações de reequilíbrio econômico-financeiro realizadas após a assinatura da ata de registro de preços, do contrato ou do termo aditivo sem que tenha havido alteração dos preços, bem como após o encerramento da vigência da ata de registro de preços ou do contrato.

**16.5.2** As solicitações de reajuste em sentido estrito e repactuação realizadas após a data de aniversário do orçamento estimado, da proposta, do acordo, da convenção coletiva ou do dissídio coletivo, conforme caso.

### **17 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**

**17.1** Antes da apresentar das propostas à licitante deverá realizar todos os levantamentos essenciais, de modo não incorrer em omissões que jamais poderão ser alegadas ao fornecimento em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços, alterações de data de entrega ou alteração na qualidade.

**17.2** A apresentação da proposta implica na obrigatoriedade do cumprimento das disposições nela contidas, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos.

**17.3** O preço total proposto deverá considerar a consecução do objeto referente a presente contratação, englobando todos os custos diretos e indiretos incidentes, inclusive a entrega e o decarregamento.

**17.4** A fiscalização deverá ser comunicada quando da realização do procedimento de contratação e/ou licitatório para apoio técnico e dirimir dúvidas, se necessário.



**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026**

**17.5** O objeto contratual executado deverá atingir o fim a que se destina, com eficácia e qualidade requerida.

Os produtos a serem entregues e/ou prestados deverão estar em conformidade com as especificações técnicas definidas nesta **Solicitação**.



**Macaé**  
P R E F E I T U R A  
Secretaria | SAÚDE

ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÕES

COORDENAÇÃO DE LICITAÇÕES - SEMUSA  
PROC. Nº 401.699/2025

FLS.: \_\_\_\_\_ ASS. \_\_\_\_\_

## PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026

### ANEXO II

#### MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

A empresa abaixo se propõe a **prestar os serviços de reprocessamento, reesterilização e esterilização em óxido de etileno de materiais médicos hospitalares**, conforme discriminado no **Termo de Referência – ANEXO I**, pelos preços e condições assinalados na presente, obedecendo rigorosamente às disposições da legislação competente.

Empresa Proponente: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_

Telefone: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_ Fax: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_-\_\_\_\_

**(AMPLA PARTICIPAÇÃO)**





**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026**

ITEM	CATMAT/ CATSERV	DESCRIÇÃO COMPLETA DO MATERIAL	UND.	QUANT	CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE		VALOR UNIT.	VALOR TOTAL	MARCA
					VALOR UNIT.	VALOR TOTAL			
1	14273	<b>Esterilização – Reprocessamento de Artigo/ Instrumento Médico Cirúrgico: <u>Dados</u> <u>Adicionais:</u> Esterilização-reprocessamento de artigo, instrumento médico cirúrgico, para os produtos abaixo descritos:</b>							
1.1	14273	Algodão ortopédico de 10 cm	Unidade	562	R\$ 8,07	R\$ 4.535,34			
1.2	14273	Algodão ortopédico de 15 cm	Unidade	350	R\$ 8,19	R\$ 2.866,50			
1.3	14273	Algodão ortopédico de 20 cm	Unidade	350	R\$ 8,19	R\$ 2.866,50			
1.4	14273	Atadura de crepom de 10 cm	Unidade	1.368	R\$ 8,30	R\$ 11.354,40			
1.5	14273	Atadura de crepom de 15 cm	Unidade	2.186	R\$ 8,84	R\$ 19.324,24			
1.6	14273	Atadura de crepom de 20 cm	Unidade	2.318	R\$ 8,84	R\$ 20.491,12			
1.7	14273	Atadura de crepom de 30 cm	Unidade	1.215	R\$ 8,84	R\$ 10.740,60			
1.8	14273	Aparelho de dermatomo + lâmina	Unidade	100	R\$ 65,16	R\$ 6.516,00			
1.9	14273	Cabo + pinça eletro cautério bipolar	Unidade	230	R\$ 30,29	R\$ 6.966,70			
1.10	14273	Caneta de bisturi com ponteira	Unidade	6.000	R\$ 22,14	R\$ 132.840,00			
1.11	14273	Cânula de guedel	Unidade	1.768	R\$ 11,80	R\$ 20.862,40			
1.12	14273	Cânula de traqueostomia metálica com guia	Unidade	240	R\$ 19,90	R\$ 4.776,00			
1.13	14273	Colher de silicone	Unidade	100	R\$ 9,86	R\$ 986,00			



**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026**

ITEM	CATMAT/ CATSERV	DESCRIÇÃO COMPLETA DO MATERIAL	UND.	QUANT	CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE		VALOR UNIT.	VALOR TOTAL	MARCA
					VALOR UNIT.	VALOR TOTAL			
1.14	14273	Conjunto de compressa cirúrgica (5unid)	Unidade	10.000	R\$ 19,43	R\$ 194.300,00			
1.15	14273	Copo plástico para aspiração de 500 ml	Unidade	3.660	R\$ 18,24	R\$ 66.758,40			
1.16	14273	Cotonete (3unid)	Unidade	300	R\$ 6,78	R\$ 2.034,00			
1.17	14273	Curativo médio	Unidade	82.000	R\$ 22,17	R\$ 1.817.940,00			
1.18	14273	Dreno de pen rose (1unid)	Unidade	500	R\$ 10,14	R\$ 5.070,00			
1.19	14273	Extensão de silicone	Unidade	17.200	R\$ 25,81	R\$ 443.932,00			
1.20	14273	Extensor da plástica	Unidade	15	R\$ 28,77	R\$ 431,55			
1.21	14273	Faixa de Smarch	Unidade	300	R\$ 14,85	R\$ 4.455,00			
1.22	14273	Fio guia uretral	Unidade	331	R\$ 19,25	R\$ 6.371,75			
1.23	14273	Malha canguru	Unidade	20	R\$ 10,42	R\$ 208,40			
1.24	14273	Malha tubular	Unidade	300	R\$ 9,80	R\$ 2.940,00			
1.25	14273	Máscara laríngea	Unidade	989	R\$ 31,02	R\$ 30.678,78			
1.26	14273	Pacote de gaze com 24 unidades	Unidade	204.493	R\$ 10,17	R\$ 2.079.693,81			
1.27	14273	Tampão nasal	Unidade	200	R\$ 11,05	R\$ 2.210,00			
1.28	14273	Tampão vaginal	Unidade	200	R\$ 13,55	R\$ 2.710,00			
1.29	14273	Touca de CPAP	Unidade	600	R\$ 13,41	R\$ 8.046,00			



**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026**

ITEM	CATMAT/ CATSERV	DESCRIÇÃO COMPLETA DO MATERIAL	UND.	QUANT	CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE		VALOR UNIT.	VALOR TOTAL	MARCA
					VALOR UNIT.	VALOR TOTAL			
1.30	14273	Umidificador de oxigênio	Unidade	7.801	R\$ 24,11	R\$ 188.082,11			
1.31	14273	Ambu adulto	Unidade	2.796	R\$ 48,82	R\$ 136.500,72			
1.32	14273	Ambu infantil	Unidade	1.384	R\$ 48,13	R\$ 66.611,92			
1.33	14273	Ambu neonatal	Unidade	868	R\$ 55,87	R\$ 48.495,16			
1.34	14273	Bolsa reservatório de ambu	Unidade	1.796	R\$ 26,56	R\$ 47.701,76			
1.35	14273	Extensão de ambú	Unidade	2.458	R\$ 19,76	R\$ 48.570,08			
1.36	14273	Máscara de ambú	Unidade	1.796	R\$ 25,91	R\$ 46.534,36			
1.37	14273	Kit CPAP neonatal completo (1pronga + 2 traqueias finas + 2 conectores)	Unidade	884	R\$ 73,77	R\$ 65.212,68			
1.38	14273	Conector de pronga	Unidade	384	R\$ 10,35	R\$ 3.974,40			
1.39	14273	Pronga nasal	Unidade	784	R\$ 14,47	R\$ 11.344,48			
1.40	14273	Traqueia fina de CPAP	Unidade	584	R\$ 21,43	R\$ 12.515,12			
1.41	14273	Kit completo de nebulização (máscara+copo+chicote)	Unidade	29.584	R\$ 24,97	R\$ 738.712,48			
1.42	14273	Chicote para nebulização	Unidade	3.504	R\$ 20,08	R\$ 70.360,32			
1.43	14273	Copo para nebulização	Unidade	3.104	R\$ 18,69	R\$ 58.013,76			
1.44	14273	Máscara para nebulização	Unidade	3.104	R\$ 15,19	R\$ 47.149,76			
1.45	14273	Kit completo para macronebulização (máscara+traquéia+copo com tampa)	Unidade	2.812	R\$ 46,81	R\$ 131.629,72			



**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026**

ITEM	CATMAT/ CATSERV	DESCRIÇÃO COMPLETA DO MATERIAL	UND.	QUANT	CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE		VALOR UNIT.	VALOR TOTAL	MARCA
					VALOR UNIT.	VALOR TOTAL			
1.46	14273	Copo com tampa para macronebulização	Unidade	1.112	R\$ 30,43	R\$ 33.838,16			
1.47	14273	Máscara para macronebulização	Unidade	1.912	R\$ 24,10	R\$ 46.079,20			
1.48	14273	Traquéia para macronebulização	Unidade	1.112	R\$ 25,75	R\$ 28.634,00			
1.49	14273	Conector universal	Unidade	3.228	R\$ 9,97	R\$ 32.183,16			
1.50	14273	Conector reto com extensão de látex	Unidade	3.228	R\$ 20,65	R\$ 66.658,20			
1.51	14273	Exercitador respiratório (bocal+dispositivo)	Unidade	400	R\$ 36,23	R\$ 14.492,00			
1.52	14273	Incentivador inspiratório a fluxo (dispositivo+peça bucal+ traqueia p)	Unidade	600	R\$ 39,23	R\$ 23.538,00			
1.53	14273	Incentivador inspiratório AD/Ped a volume (dispositivo+peçabucal+traquéia P)	Unidade	300	R\$ 39,23	R\$ 11.769,00			
1.54	14273	Exercitador respiratório expiratório (Threshold)	Unidade	400	R\$ 39,23	R\$ 15.692,00			
1.55	14273	Máscara de venturi	Unidade	1.596	R\$ 30,08	R\$ 48.007,68			
1.56	14273	Máscara facial total face	Unidade	980	R\$ 28,43	R\$ 27.861,40			
1.57	14273	Tenda de traqueostomia	Unidade	500	R\$ 23,47	R\$ 11.735,00			
1.58	14273	Circuito respirador bennett adulto (2 traquéias silicone g+ 2 traquéias silicone p+ conexão y +2 copos coletores)	Unidade	1.800	R\$ 74,39	R\$ 133.902,00			
1.59	14273	Circuito respirador bennett neonatal (2 traquéias silicone g+ 3 traquéias silicone p+ conexão y + 2 copos coletores + 4 ponteiros)	Unidade	600	R\$ 90,59	R\$ 54.354,00			
1.60	14273	Copo de umidificador aquecido para respirador	Unidade	800	R\$ 41,91	R\$ 33.528,00			



**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026**

ITEM	CATMAT/ CATSERV	DESCRIÇÃO COMPLETA DO MATERIAL	UND.	QUANT	CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE		VALOR UNIT.	VALOR TOTAL	MARCA
					VALOR UNIT.	VALOR TOTAL			
1.61	14273	Circuito respirador intermed (2traquéias de silicone p + 1 conexão y+2 copos coletores + 1 chicote de pressão)	Unidade	200	R\$ 90,59	R\$ 18.118,00			
1.62	14273	Circuito respirador de transporte drager (1traquéia g+ 1 linha dupla de silicone + 1 válvula exalatória)	Unidade	200	R\$ 100,09	R\$ 20.018,00			
1.63	14273	Circuito respirador de transporte magnamed ad/neo/ped (2traquéias g+1 conexão em y+1 linha dupla de silicone + 1 conector sensor de fluxo ad/neo/ped)	Unidade	1.368	R\$ 105,14	R\$ 143.831,52			
1.64	14273	Chicote de pressão	Unidade	1.168	R\$ 18,47	R\$ 21.572,96			
1.65	14273	Conector de circuito	Unidade	2.068	R\$ 15,60	R\$ 32.260,80			
1.66	14273	Conector joelho	Unidade	1.488	R\$ 18,60	R\$ 27.676,80			
1.67	14273	Conector redutor neo/ped	Unidade	1.576	R\$ 15,60	R\$ 24.585,60			
1.68	14273	Conector sensor de fluxo ad/neo/ped	Unidade	1.440	R\$ 15,76	R\$ 22.694,40			
1.69	14273	Conexão y	Unidade	2.348	R\$ 12,60	R\$ 29.584,80			
1.70	14273	Copo umidificador	Unidade	1.988	R\$ 26,04	R\$ 51.767,52			
1.71	14273	Espaço morto (mini traquéia)	Unidade	1.000	R\$ 18,95	R\$ 18.950,00			
1.72	14273	Ponteira azul	Unidade	100	R\$ 11,03	R\$ 1.103,00			
1.73	14273	Traquéia silicone G	Unidade	1.036	R\$ 32,26	R\$ 33.421,36			
1.74	14273	Traqueia silicone M	Unidade	1.036	R\$ 25,96	R\$ 26.894,56			
1.75	14273	Traqueia silicone P	Unidade	1.236	R\$ 22,43	R\$ 27.723,48			



**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026**

ITEM	CATMAT/ CATSERV	DESCRIÇÃO COMPLETA DO MATERIAL	UND.	QUANT	CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE		VALOR UNIT.	VALOR TOTAL	MARCA
					VALOR UNIT.	VALOR TOTAL			
1.76	14273	Válvula exalatória	Unidade	1.486	R\$ 21,20	R\$ 31.503,20			
1.77	14273	Kit CPAP adulto completo (1 gerador de fluxo em acrílico + 1 válvula PEEP + 1 conector redutor + 1 presilha de silicone)	Unidade	620	R\$ 69,83	R\$ 43.294,60			
1.78	14273	Kit EPAP completo (1 máscara de silicone + 1 conector tipo T + 1 fixador cefálico + 1 válvula de PEEP + 1 válvula unidirecional)	Unidade	620	R\$ 82,59	R\$ 51.205,80			
1.79	14273	Chicote de ar comprimido	Unidade	620	R\$ 18,47	R\$ 11.451,40			
1.80	14273	Chicote de oxigênio	Unidade	932	R\$ 15,29	R\$ 14.250,28			
1.81	14273	Conector reto	Unidade	960	R\$ 12,60	R\$ 12.096,00			
1.82	14273	Conector tipo T	Unidade	960	R\$ 11,25	R\$ 10.800,00			
1.83	14273	Fixador cefálico	Unidade	290	R\$ 23,67	R\$ 6.864,30			
1.84	14273	Gerador de fluxo em acrílico	Unidade	290	R\$ 45,86	R\$ 13.299,40			
1.85	14273	Máscara de silicone	Unidade	340	R\$ 27,91	R\$ 9.489,40			
1.86	14273	Medidor de pico de fluxo	Unidade	290	R\$ 32,07	R\$ 9.300,30			
1.87	14273	Presilha de silicone	Unidade	290	R\$ 18,67	R\$ 5.414,30			
1.88	14273	Válvula unidirecional	Unidade	290	R\$ 26,20	R\$ 7.598,00			
1.89	14273	Frasco para aspiração secreção 500 ml com tampa	Unidade	3.440	R\$ 36,34	R\$ 125.009,60			
1.90	14273	Circuito de anestesia adulto com 03 traqueias de silicone corrugadas e conector "Y"	Unidade	2.500	R\$ 78,24	R\$ 195.600,00			



**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026**

ITEM	CATMAT/ CATSERV	DESCRIÇÃO COMPLETA DO MATERIAL	UND.	QUANT	CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE		VALOR UNIT.	VALOR TOTAL	MARCA
					VALOR UNIT.	VALOR TOTAL			
1.91	14273	Circuito de anestesia infantil com 03 traqueias de silicone corrugadas e conector "Y"	Unidade	1.000	R\$ 78,24	R\$ 78.240,00			
1.92	14273	Circuito de anestesia baraka (composto de balão de borracha, 2 conectores, 1 traqueia corrugada e 1 máscara em silicone)	Unidade	500	R\$ 60,16	R\$ 30.080,00			
1.93	14273	Balão respiratório	Unidade	2.500	R\$ 31,50	R\$ 78.750,00			
1.94	14273	Máscara com coxim inflável adulto	Unidade	1.835	R\$ 26,74	R\$ 49.067,90			
1.95	14273	Máscara com coxim inflável pediátrico	Unidade	680	R\$ 24,74	R\$ 16.823,20			
1.96	14273	Máscara de alta concentração adulta com reservatório	Unidade	2.588	R\$ 31,60	R\$ 81.780,80			
1.97	14273	Máscara de alta concentração pediátrica com reservatório	Unidade	1.364	R\$ 31,60	R\$ 43.102,40			
					VALOR TOTAL ESTIMADO	R\$ 8.641.809,80	VALOR TOTAL	R\$ _____	

**1. PREÇO TOTAL OFERTADO:**

1.1. O preço total ofertado é R\$ \_\_\_\_\_  
( \_\_\_\_\_ ).

1.2. O preço ofertado inclui todos os custos de mão de obra, taxas, impostos, seguros, encargos sociais, administração, trabalhistas, previdenciários, contribuições parafiscais e outros que venham a incidir sobre o objeto do Edital do **Pregão Eletrônico FMS n.º 040/2026**.





## PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026

1.3. Declaro, ainda, que a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega, nos termos do artigo 63, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

## 2. PRAZO DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO E LOCAL:

2.1. O prazo de execução dos serviços, a serem executados de forma contínua, será de 01 (um) ano, a contar da assinatura do instrumento contratual, e ainda, podendo ser prorrogado sucessivamente até 10 (dez) anos, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, uma vez que se trata de serviço que possui especificações, padrões de desempenho e qualidades usuais do mercado.

2.2. A empresa Contratada deverá iniciar os serviços ora solicitados em até 10 (dez) dias corridos, a contar do recebimento da Ordem de Serviço.

2.3. Os serviços prestados, objeto deste edital será no local descrito no **subitem 5.3.1 ao 5.3.6. do TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I deste Edital)**, 02 (dois) dias da semana, de segunda a sexta-feira, das 08:00h as 17:00h, aos cuidados dos servidores responsáveis pela fiscalização da contratação.



**Macaé**  
P R E F E I T U R A  
Secretaria | SAÚDE

ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÕES

COORDENAÇÃO DE LICITAÇÕES - SEMUSA  
PROC. Nº 401.699/2025

FLS.: \_\_\_\_\_ ASS. \_\_\_\_\_

### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026**

#### **3. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA:**

3.1. O prazo de validade desta proposta comercial é de 90 (noventa) dias, contados da data de sua entrega ao pregoeiro.

#### **4. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**

4.1. Esta proposta está de acordo com todas as demais condições exigidas no Termo de Referência e seus anexos.

#### **5. DADOS BANCÁRIOS:**

BANCO:

CONTA CORRENTE:

AGÊNCIA:

Local e data  
Nome da empresa licitante  
Responsável legal  
assinar e carimbar



**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026**

**ANEXO III**

**MINUTA CONTRATUAL**

**CONTRATO Nº \_\_\_\_/2026**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 401.699/2025**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026**

**CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REPROCESSAMENTO, REESTERILIZAÇÃO E ESTERILIZAÇÃO EM ÓXIDO DE ETILENO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DAS UNIDADES HOSPITALARES HOSPITAL PÚBLICO MUNICIPAL DR. FERNANDO PEREIRA DA SILVA – HPM E HOSPITAL PÚBLICO MUNICIPAL DA SERRA EVANGELINA FLORES – HPMS E DAS UNIDADE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA PRONTO SOCORRO MUNICIPAL DO PARQUE AEROPORTO – PSA, PRONTO SOCORRO MUNICIPAL DA IMBETIBA – PSM, UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO DA BARRA – UPA BARRA E UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO DO LAGOMAR – UPA LAGOMAR, VINCULADAS A SECRETARIA EXECUTIVA DE ALTA E MÉDIA COMPLEXIDADE – SEAMC E A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MACAÉ E A EMPRESA \_\_\_\_\_, NA FORMA**

**ABAIXO:**

Pelo presente instrumento de **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REPROCESSAMENTO, REESTERILIZAÇÃO E ESTERILIZAÇÃO EM ÓXIDO DE ETILENO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DAS UNIDADES HOSPITALARES HOSPITAL PÚBLICO MUNICIPAL DR. FERNANDO PEREIRA DA SILVA – HPM E HOSPITAL PÚBLICO MUNICIPAL DA SERRA EVANGELINA FLORES – HPMS E DAS UNIDADE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA PRONTO SOCORRO MUNICIPAL DO PARQUE AEROPORTO – PSA, PRONTO SOCORRO MUNICIPAL DA IMBETIBA – PSM, UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO DA BARRA – UPA BARRA E UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO DO LAGOMAR – UPA LAGOMAR, VINCULADAS A SECRETARIA EXECUTIVA DE ALTA E MÉDIA COMPLEXIDADE – SEAMC E A**



**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA** que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE MACAÉ**, inscrito no CNPJ sob o nº 29.115.474/0001-60, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, neste ato representada pelo(a) Senhor(a) \_\_\_\_\_, devidamente autorizado(a) pela Portaria nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, publicada no de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, doravante designado MUNICÍPIO, e, de outro lado, a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, com sede à Rua \_\_\_\_\_, neste ato representado pelo procurador, \_\_\_\_\_, (nacionalidade), (estado civil), (profissão), portador da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_, e CPF nº \_\_\_\_\_, nascido em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, residente e domiciliado à \_\_\_\_\_, e-mail \_\_\_\_\_, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, conforme autorizado no Processo Administrativo n.º **401.699/2025**, na forma da Nota de Empenho constante dos autos, regendo-se o presente instrumento pelas normas da Lei Federal nº 14.133/2021, da Lei Municipal nº 4.960/2022, do Decreto Municipal nº 026/2023 e da legislação correlata, bem como de acordo com as cláusulas contratuais abaixo descritas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO E DA FINALIDADE**

1.1. O presente contrato tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REPROCESSAMENTO, REESTERILIZAÇÃO E ESTERILIZAÇÃO EM ÓXIDO DE ETILENO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DAS UNIDADES HOSPITALARES HOSPITAL PÚBLICO MUNICIPAL DR. FERNANDO PEREIRA DA SILVA – HPM E HOSPITAL PÚBLICO MUNICIPAL DA SERRA EVANGELINA FLORES – HPMS E DAS UNIDADE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA PRONTO SOCORRO MUNICIPAL DO PARQUE AEROPORTO – PSA, PRONTO SOCORRO MUNICIPAL DA IMBETIBA – PSM, UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO DA BARRA – UPA BARRA E UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO DO LAGOMAR – UPA LAGOMAR, VINCULADAS A SECRETARIA EXECUTIVA DE ALTA E MÉDIA COMPLEXIDADE – SEAMC E A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA**, conforme especificado no termo de referência em anexo, que faz parte integrante e complementar do processo administrativo em epígrafe.

1.2. A lavratura do presente contrato foi autorizada pelo Ordenador de Despesas, conforme decisão constante à fl. \_\_\_\_\_ do processo administrativo em epígrafe.

Item	Descrição	Unidade	Código	Quant.	Valor unitário	Valor total
Valor Total – R\$						

**CLÁUSULA SEGUNDA – PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO**



**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026**

2.1. O MUNICÍPIO DE MACAÉ, por intermédio do Fundo Municipal de Saúde – **FMS CNPJ nº 11.308.894/0001-06**, efetuará o pagamento à CONTRATADA pelo **fornecimento dos serviços** efetivamente entregue, no valor de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), e nele deverão estar incluídas todas as despesas necessárias à execução do objeto, livre de quaisquer ônus para o MUNICÍPIO DE MACAÉ.

2.2. Os preços unitários e totais estão discriminados na proposta da Contratada, bem como na Nota de Empenho correspondente.

2.3. A Contratada declara que os preços propostos para fornecimento dos materiais em questão levaram em conta todos os custos, insumos, despesas de frete, embalagens, impostos, transporte e demais encargos indispensáveis ao perfeito cumprimento das obrigações decorrentes deste contrato, não cabendo, pois, quaisquer reivindicações a título de revisão de preços ou reembolso, sejam a que título for.

2.4. Os pagamentos serão efetuados pelo MUNICÍPIO DE MACAÉ, por intermédio do Fundo Municipal de Saúde - **FMS**, em moeda corrente nacional, por meio de TED (Transferência Eletrônica Disponível) de acordo com os valores apurados por servidores competentes do MUNICÍPIO e prepostos habilitados da contratada, em 30 dias corridos, contados da emissão do Termo de Recebimento Definitivo dos **serviços**.

2.5. Nos casos de atraso no pagamento por culpa da contratante, o valor devido será acrescido de taxa de 0,5% ao mês, calculado pro rata die entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do adimplemento da obrigação e a data do efetivo pagamento. No caso de antecipação do pagamento, salvo em condições excepcionabilíssimas devidamente justificadas, o valor devido sofrerá desconto à taxa de 0,5% ao mês, calculado pro rata die entre a data do efetivo pagamento e o 30º (trigésimo) dia da data do adimplemento da obrigação.

2.6. Serão retidos na fonte os tributos e as contribuições elencados nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as instruções normativas vigentes.

2.7. Nas faturas deverão constar obrigatoriamente, além da data de assinatura do contrato e do período a que se refere o fornecimento dos materiais, as seguintes informações:

2.7.1. O número do instrumento contratual;

2.7.2. O nome e código do banco;

2.7.3. Agência e número da conta corrente da contratada.

2.8. Para a autorização do pagamento, a CONTRATADA deverá enviar à Secretaria Municipal de Saúde responsável pelo contrato, ou local por ela designado:



**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026**

2.8.1. As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do Fundo Municipal de Saúde – FMS, CNPJ nº 11.308.894/0001-06 e endereço: Alameda do Açude, 175, Novo Cavaleiros, Macaé – RJ, CEP: 27930-400, por ser o ente pagador conforme Subcláusula 2.1.

2.9. As notas fiscais deverão ser entregues com os seguintes documentos:

2.9.1. Nota fiscal/fatura mensal respectiva, referente ao fornecimento do mês anterior (valor do **serviço**), ou na forma que a legislação tributária venha a exigir;

2.9.2. Comprovação de regularidade perante a Fazenda Federal, na forma da lei;

2.9.3. Comprovação de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

2.10. A fatura não aprovada pelo MUNICÍPIO será devolvida à CONTRATADA para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição.

2.11. A devolução da fatura não aprovada pelo MUNICÍPIO em hipótese alguma autorizará a CONTRATADA a suspender o fornecimento ou a deixar de efetuar os pagamentos devidos aos seus empregados.

2.12. Sobre o valor total da remuneração incidem as obrigações fiscais, conforme a legislação vigente.

2.13. Constatada a situação de irregularidade, a CONTRATADA será comunicada por escrito para que regularize sua situação, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO.

2.14. Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos materiais.

2.15. O MUNICÍPIO poderá glosar ou reter o pagamento de qualquer fatura, ou da parte do pagamento vinculada ao fornecimento, nos seguintes casos, dentre outros definidos neste contrato:

2.15.1. Imperfeição dos **serviços** executados;

2.15.2. Discordância ou necessidade de maiores esclarecimentos a respeito dos **serviços**, por parte do MUNICÍPIO e/ou responsável pelo contrato;

2.15.3. Débito da CONTRATADA para com o MUNICÍPIO DE MACAÉ, que provenha da execução deste contrato, ainda que resulte do inadequado cumprimento de outras obrigações não integrantes da fatura referida no *caput*;



## PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026

2.15.4. O não cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA;

2.15.5. Eventual responsabilização solidária e/ou subsidiária, originada em decorrência da execução do presente contrato.

2.16. O não pagamento da fatura, por culpa exclusiva do MUNICÍPIO DE MACAÉ, no prazo estabelecido neste contrato, configurará mora.

### CLÁUSULA TERCEIRA – RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. As despesas oriundas deste CONTRATO correrão por conta dos recursos orçamentários consignados ao **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE/FMS**, programa de trabalho \_\_\_\_\_, elemento de despesa \_\_\_\_\_, nota de empenho \_\_\_\_/\_\_\_\_, emitida em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, vigente para o exercício de \_\_\_\_\_.

3.2. Quando a vigência do contrato ultrapassar o exercício fiscal, se necessário for, a manutenção deste ficará vinculada à aprovação do orçamento do(s) exercício(s) posteriores, onde existirão verbas consignadas em dotação apropriada, em observância ao princípio da anualidade.

### CLÁUSULA QUARTA – INÍCIO DO EXERCÍCIO FINANCEIRO

4.1. Em virtude da possibilidade de atraso na distribuição do orçamento, no registro de empenhos e de outras providências de ordem administrativa, não se configurará mora do MUNICÍPIO nos 02 (dois) primeiros meses do exercício, ficando-lhe facultado o pagamento sem encargos moratórios até o terceiro mês do exercício financeiro.

### CLÁUSULA QUINTA – VIGÊNCIA DO CONTRATO

5.1. O prazo de execução dos serviços, a serem executados de forma contínua, será de 01 (um) ano, a contar da assinatura do instrumento contratual, e ainda, podendo ser prorrogado sucessivamente até 10 (dez) anos, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, uma vez que se trata de serviço que possui especificações, padrões de desempenho e qualidades usuais do mercado.

### CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

6.1. Os contratos celebrados em decorrência desta licitação serão fixos e irrevogáveis, pelo período de 01 (um) ano, a contar da data do orçamento estimado (**Mapa Comparativo de Preços, em 27 de maio de 2026**), podendo ser reajustados a partir desta data, e assim, a cada período de um ano contado do último reajuste, desde que requerido pela CONTRATADA e caso se verifique hipótese legal que autorize o reajustamento, utilizando-se a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), instituído pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou outro que venha a substituí-lo, nos termos do artigo 182, da Lei Federal nº 14.133/2021.





## PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026

6.2. A CONTRATADA não terá direito ao reajuste a que alude o subitem anterior, para a etapa do **serviço** que sofrer atraso em consequência da ação ou omissão motivada pela própria CONTRATADA, e também da que for executada fora do prazo sem que tenha sido autorizada a respectiva prorrogação.

6.3. No caso de reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno de um ano deve considerar a data do último reajuste concedido.

6.4. Os efeitos financeiros do reajuste ocorrerão somente em relação aos itens que o motivaram e aos saldos de quantitativos porventura existentes.

6.5. Nos termos do artigo 70 do Decreto Municipal nº 026/2023, serão objeto de preclusão:

6.5.1. As solicitações de reequilíbrio econômico-financeiro realizadas após a assinatura do contrato ou do termo aditivo sem que tenha havido alteração dos preços, bem como após o encerramento da vigência do contrato;

6.5.2. As solicitações de reajuste em sentido estrito e repactuação realizadas após a data de aniversário do orçamento estimado, da proposta, do acordo, da convenção coletiva ou do dissídio coletivo, conforme o caso.

### CLÁUSULA SÉTIMA – DIREITOS E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

7.1. São obrigações e responsabilidades da CONTRATADA:

7.1.1. Executar os **serviços**, obedecendo rigorosamente às especificações discriminadas no Termo de Referência e principalmente aos preceitos instituídos pela Lei Federal de Licitações.

7.1.2. Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.1.3. Responsabilizar-se, exclusivamente por quaisquer ônus, direito e obrigações, vinculadas à legislação tributária, trabalhista, segurança e medicina do trabalho, previdenciária ou comercial, decorrente da contratação.

7.1.4. Arcar com todas as despesas operacionais, correspondentes a deslocamentos, fretes, seguros, taxas, emolumentos, cópias e quaisquer outras necessárias à execução do objeto deste contrato.

7.1.5. Executar o contrato através de pessoas idôneas, assumindo total responsabilidade por quaisquer danos ou faltas que os mesmos venham a cometer no desempenho das funções, podendo o Contratante exigir a retirada daquelas, cuja conduta seja julgada inconveniente e obrigando-se também a indenizar o Contratante por todos os danos e prejuízos que eventualmente ocasionarem.



**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026**

7.1.6. Responder perante o Contratante por qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento ora contratado, por atos de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, assegurando ao Contratante o exercício do direito de regresso, eximindo-o de qualquer solidariedade ou responsabilidade de qualquer natureza.

7.1.7. Facilitar e permitir ao Contratante, a qualquer momento, a realização de auditoria produtos, sem que isso incorra em isenção de responsabilidade ao Contratante, e esclarecer prontamente as questões relativas à execução do contrato, quando solicitada.

7.1.8. Não utilizar o nome do Contratante em quaisquer atividades de divulgação de sua empresa, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e outros impressos.

7.1.9. Não se pronunciar em nome do Contratante a órgãos da imprensa ou clientes sobre quaisquer assuntos relativos à sua atividade, bem como sobre os serviços ao seu cargo.

7.1.10. Comunicar ao Contratante, no prazo de 10 (dez) dias de antecedência, qualquer alteração na composição societária da empresa ou em seu quadro técnico.

7.1.11. Comunicar ao Contratante, com antecedência mínima de 2 (dois) dias o pedido de afastamento temporário, bem como, quaisquer alterações cadastrais da empresa (end., tel., fax, e-mail).

7.1.12. Cumprir com as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e aprendiz.

7.1.13. A contratada deverá informar à CONTRATANTE endereço de e-mail eletrônico através do qual serão realizadas as comunicações, intimações e notificações, devendo estar a CONTRATADA ciente dos prazos constantes na referida lei, bem como, estar ciente de que se sujeitará a remessa das respectivas manifestações por via eletrônica.

7.1.14. Guardar por si, por seus empregados e prepostos, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados, ou por qualquer forma ou modo venham tomar conhecimento, o mais completo e absoluto sigilo, em razão do fornecimento a serem confiados, ficando, portanto, por força da lei civil e criminal, responsável por sua indevida divulgação, descuidada e incorreta utilização, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos a que der causa.

7.1.15. Obedecer às determinações legais ou emanadas das autoridades constituídas, sendo a única responsável pelas providências necessárias e pelos efeitos decorrentes de eventuais inobservâncias delas.



**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026**

7.1.16. Apresentar ao Contratante, junto com a(s) nota(s) fiscal(is), os documentos exigidos para pagamento, sob pena de retenção total ou parcial do pagamento.

7.1.17. Assumir total responsabilidade pelos materiais que apresentarem não conformidade, má qualidade e/ou irregularidades, responsabilizando-se por eventuais danos e/ou prejuízos causados a terceiros e/ou a coisas e serviços do Contratante, arcando com as respectivas indenizações, que poderão ser imediatamente retidas, e/ou reembolsando de imediato ao Contratante o valor do prejuízo acarretado.

7.1.18. Substituir e/ou reparar, por sua conta e responsabilidade, os materiais considerados inadequados ou imperfeitos, ou que estiverem em descordo com o ora pactuado, respeitando os prazos fixados, ficando a critério de o Contratante aprovar ou rejeitar, sem prejuízo das multas contratuais.

7.1.19. Requerer a exclusão do Contratante de lide que venha a ser movida por qualquer motivo relacionado aos compromissos aqui contratados, inclusive por seus funcionários, sob pena de ressarcimento dos prejuízos advindos do processo judicial, acrescido de perdas e danos, sem prejuízo de rescisão contratual.

7.1.20. Obter as Licenças junto às repartições competentes, necessárias ao cumprimento das obrigações contratuais e mantê-las atualizadas.

7.1.21. Cumprir com todas as demais obrigações constantes do Termo de Referência anexo ao edital.

7.1.22. O Contratante não aceitará, sob pretexto algum, a transferência de responsabilidade da contratada, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros alegados.

7.1.23. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a CONTRATADA à multa de mora, correspondente a 0,5% (cinco décimos por cento), por dia de atraso, limitado a 30% (trinta por cento), a ser calculado sobre o valor da parcela em atraso, sem prejuízo da conversão em multa compensatória e consequente extinção do contrato, com a aplicação cumulada das demais sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

7.1.24. A Contratada será responsável pela substituição, troca ou reposição dos materiais porventura entregues com defeito, danificados, ressecados, ou não compatíveis com as especificações do Termo de Referência.

7.1.25. A empresa Contratada deverá iniciar os serviços ora solicitados em até 10 (dez) dias corridos, a contar do recebimento da Ordem de Serviço.

7.2. A Contratada deverá fornecer, a fim de evitarmos contaminação, risco ocupacional e para o transporte seguro dos produtos para a saúde, caixas plásticas impermeáveis tipo contêiner com



**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026**

tampa, quantas forem necessárias, à título de comodato, para o acondicionamento dos artigos que serão remetidos pela contratante, pelo prazo de vigência do contrato. Não sendo permitidas quaisquer outros tipos de caixas, não aprovadas pela contratante.

- 7.3. As referidas caixas não poderão ser enviadas sujas, molhadas, quebradas, rachadas ou qualquer outro dano, sem tampa, com identificação de outros clientes, ou que ofereçam risco ao transporte seguro dos produtos para a saúde. As caixas deverão ser higienizadas e desinfetadas pela contratada, sempre que a contratante remeter produtos para serem processados e serem devolvidas higienizadas, sem etiquetas de outros clientes.
- 7.4. A contratante reserva-se ao direito de recusar e devolver as caixas que estejam em más condições acima mencionadas, cabendo à contratada, providenciar a sua imediata reposição, de modo que não prejudique e nem impeça a remessa dos produtos para a empresa.
- 7.5. A contratada deverá dispor de um sistema de rastreamento com registro de data e hora de todo o material remetido pela contratante, por tecnologia de gravação de imagem (filmagem), que vise elucidar ambas as partes, quanto a possíveis dúvidas, erros, danos, ausências e divergências de encaminhamento de produtos. A gravação das imagens deverá estar disponível para consulta da contratante, pelo período mínimo de 30 (trinta) dias.
- 7.6. A contratada deverá remeter à contratante, num prazo máximo de 48 a 72 horas, todos os produtos que foram remetidos para serem processados, para que não ocorram prejuízos no atendimento aos clientes deste nosocômio. Inclusive os produtos que não foram processados devem ser devolvidos neste prazo com a devida justificativa.
- 7.7. A contratada deverá garantir a integridade das embalagens, as condições de entrega do material e conformidade com a listagem de envio. Os materiais não conformes, após a inspeção, deverão ser entregues separadamente com relatório informando a não conformidade.
- 7.8. A contratada deverá assegurar que não ocorram perdas, extravios, quebras, trocas de setores, desvios de qualidade ou qualquer outro dano nos produtos remetidos pela contratante, não sendo aceitos desconto em serviços, doações de materiais, como forma e reparação. O item que, eventualmente sofrer algum tipo de dano ou extravio deverá ser substituído por outro igual (em valor e marca), em até sete dias consecutivos da identificação do problema.
- 7.9. As eventuais reclamações, dúvidas e esclarecimentos que a contratante possua, deverão ser solucionados e dado retorno, num prazo máximo de 48 horas (quarenta e oito) horas.
- 7.10. A contratada deverá assegurar em todos os casos, principalmente em casos de chuva e mudanças climáticas, que os produtos estéreis serão entregues sem risco de contaminação, garantindo embalagem interna e caixas para transporte plásticas, secas e limpas, fornecidas pela contratada à título de comodato, não sendo admitidas caixas de papelão ou similares que possam molhar e contaminar o material, além de favorecer o aparecimento de animais sinantrópicos, conforme exigências da legislação vigente.



**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026**

- 7.11. A contratada deverá contar com um corpo técnico que realize visitas periódicas aos setores encaminhantes, formulando orientações quanto ao encaminhamento de artigos, nomenclaturas específicas dos mesmos, esclarecimentos de dúvidas, demonstração de erros de remessa pela unidade/setor encaminhadora e tudo o que se faça necessário para o bom atendimento do serviço pela contratada e entendimento entre ambas as partes.
- 7.12. A contratada deverá fornecer um impresso, em três vias, para as unidades encaminhadoras a fim de controlar a remessa dos produtos enviados a empresa contratada.
- 7.13. Na entrega dos produtos processados, deverá acompanhar as caixas contendo os materiais uma listagem em três vias, relacionando os itens e suas respectivas quantidades. Essa listagem deve ser individualizada para cada unidade/setor encaminhadora.
- 7.14. O veículo de transporte dos produtos para saúde, empregados pela empresa, deve ser de uso exclusivo para este fim, devendo ser asseguradas as condições de higiene e desinfecção, seguindo a recomendação da RDC nº 015/2012. A empresa deve apresentar a comprovação da limpeza e manutenção periódica dos veículos utilizados.
- 7.15. Quando o veículo de transporte de produtos para saúde for o mesmo para os produtos processados e produtos ainda não processados, a área de carga do veículo deve ser fisicamente dividida em ambientes distintos com acesso independentes e devidamente identificados, garantindo o fluxo de materiais em seu interior com divisórias, de forma que não haja cruzamento dos materiais contaminados com os materiais esterilizados para uso.
- 7.16. A empresa contratada deverá realizar o processo de limpeza, preparo e esterilização conforme determina a RDC/ANVISA nº 015/2012 e atender a portaria interministerial nº 482/1999.
- 7.17. A contratada deverá assegurar a perfeita rastreabilidade dos artigos remetidos pela contratante, conforme determina a RE 2606/2006/ANVISA, devendo disponibilizar tecnologia, a fim de permitir a rastreabilidade das remessas dos produtos nas unidades de saúde/setores, quanto ao número de seus processamentos determinados pela contratante.
- 7.18. A empresa contratada deverá atender ao disposto na Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 15 de 12 de março de 2012, da ANVISA, Portaria Interministerial nº 482 de 16 de abril de 1999, dos Ministérios da Saúde e do Trabalho e Emprego e ao disposto na RDC nº 156, de 11 de agosto de 2006, Resolução ANVISA nº 2605, de 11 de agosto de 2006 e Resolução da ANVISA nº 2606, de 11 de agosto de 2006.
- 7.19. O envio dos produtos seguirá as determinações da RDC nº 156/2006, seguindo a rotulagem dos produtos para saúde. A empresa contratada deverá proceder a devolução dos materiais que não estiverem de acordo com a referida normatização.



**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026**

- 7.20. A empresa deve apresentar Programa de Prevenção a Riscos Ambientais (PPRA) e Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO).
- 7.21. Possuir um sistema de contingência para: falta de energia elétrica, falta de água e para transporte.
- 7.22. Licença Ambiental expedida pelo órgão de Meio Ambiente competente;
- 7.23. Certificação anual atualizada da calibração do sensor de pressão, da temperatura e validação das câmaras esterilizadoras, conforme os requisitos da NBR ISO 11135:2018;
- 7.24. Certificação anual atualizada do cromatógrafo gasoso;
- 7.25. Comprovação atualizada da qualidade de apirogenicidade da água, do filtro da osmose reversa, de no mínimo 3 meses;
- 7.26. Laudo físico-químico e microbiológico da qualidade da água potável e da água purificada de no mínimo 6 meses;
- 7.27. Comprovação das manutenções periódicas de todos os equipamentos utilizados nas etapas de processamento dos produtos para a saúde, por ex.: lavadoras, seladoras, secadoras, esterilizadoras;
- 7.28. Comprovação das validações anuais de todos os equipamentos utilizados nas etapas de processamento dos produtos para a saúde

**CLÁUSULA OITAVA – DIREITOS E RESPONSABILIDADES DO MUNICÍPIO**

- 8.1. Fornecer todos os subsídios necessários ao desempenho da atividade da CONTRATADA, encaminhando os documentos pertinentes à adequada realização do fornecimento correspondente
- 8.2. Promover, na forma da legislação de regência, o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto do Termo de Referência. A existência de fiscalização de modo algum atenua ou exime a responsabilidade da Contratada por qualquer vício ou defeito na execução do contrato.
- 8.3. Notificar, por escrito, à Contratada sobre eventuais irregularidades encontradas no fiel cumprimento de suas obrigações, observando os prazos para adequação.
- 8.4. Efetuar os pagamentos devidos à Contratada pelos materiais efetivamente entregues e faturados, nas condições estabelecidas neste Termo de Referência.



## **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026**

8.5. Emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato, no prazo de 2 (dois) meses, após concluída a instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada por igual período.

8.6. O MUNICÍPIO se reserva o direito de solicitar o fornecimento ora contratado, na sua totalidade ou parcialmente, de acordo com a sua necessidade e conveniência.

### **CLÁUSULA NONA– MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

9.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelo Gestor de Contratos e pela Comissão de Fiscalização, representantes do **MUNICÍPIO** especialmente designados para esse fim, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e da Lei Municipal nº 4.960/2022.

9.1.1. Gestor do Contrato: ..... Matrícula nº ....., designado pela Portaria [...] OU conforme informações constantes do Termo de Referência.

9.1.2. Comissão de Fiscalização: ..... Matrícula nº .....; ..... Matrícula nº .....; ..... Matrícula nº ....., designados por intermédio da Portaria [...] OU conforme informações constantes do Termo de Referência.

9.2. São atribuições do Gestor de Contratos:

9.2.1. Controlar os prazos de vigência dos contratos e saldos de atas de registro de preços, solicitando sua prorrogação, abertura de nova licitação ou contratação direta, quando for o caso;

9.2.2. Informar ao Ordenador de Despesas o interesse na prorrogação de contratos sob sua responsabilidade, com vistas à obtenção da autorização para abertura do processo administrativo para tanto;

9.2.3. Verificar a manutenção das condições de habilitação e qualificação da empresa durante toda a execução do contrato, devendo instruir os processos de prorrogação contratual e de contratação direta com os documentos pertinentes;

9.2.4. Verificar a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, devendo comunicar ao Ordenador de Despesas a ocorrência de situação que enseje a revisão de preços;

9.2.5. Verificar se estão atualizadas as informações de ocorrências relacionadas à execução contratual;

9.2.6. Analisar a documentação que antecede o pagamento;





**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026**

- 9.2.7. Verificar o controle atualizado dos pagamentos;
- 9.2.8. Manifestar-se em todos os atos da Administração relativos à aplicação de sanções, execução e alteração dos contratos;
- 9.2.9. Decidir provisoriamente a suspensão da entrega dos serviços ou a realização de serviços;
- 9.2.10. Auxiliar o Ordenador de Despesas nas tratativas voltadas às alterações e revisões contratuais junto à contratada, quando for o caso;
- 9.2.11. Manifestar-se previamente à decisão do Ordenador de Despesas nos pedidos de liberação da garantia contratual em favor da contratada, quando for o caso;
- 9.2.12. Inserir os dados referentes aos contratos administrativos, termos aditivos, convênios e instrumentos congêneres no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);
- 9.2.13. Exercer outras atividades compatíveis com a função.
- 9.3. São atribuições da Comissão de Fiscalização:
- 9.3.1. Acompanhar os prazos de entrega, diligenciando com a CONTRATADA, se necessário;
- 9.3.2. Receber, provisória e definitivamente, as aquisições, mediante termo detalhado;
- 9.3.3. Analisar, conferir e atestar notas fiscais, faturas e congêneres e a regularidade fiscal da CONTRATADA;
- 9.3.4. Devolver à CONTRATADA as notas fiscais em desconformidade com o contrato;
- 9.3.5. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução contratual;
- 9.3.6. Oficiar à contratada determinação de medidas preventivas e corretivas, com estabelecimento de prazos, para regularização das faltas registradas e irregularidades observadas na execução do contrato, comunicando ao Gestor de Contratos o não atendimento das determinações;
- 9.3.7. Expedir, através de notificações e/ou relatório de vistoria, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência, ao Gestor de Contratos e ao Ordenador de Despesas, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;
- 9.3.8. Proceder, conforme cronograma físico-financeiro, as medições;



**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026**

- 9.3.9. Aprovar a planilha de medição emitida pela CONTRATADA ou conforme disposto em contrato;
- 9.3.10. Adotar as medidas preventivas de controle dos contratos, inclusive manifestar-se a respeito da suspensão da entrega do serviço;
- 9.3.11. Conferir e certificar as faturas relativas às aquisições;
- 9.3.12. Proceder às avaliações dos serviços executados pela CONTRATADA;
- 9.3.13. Determinar, por todos os meios disponíveis, a observância das normas técnicas e legais, especificações e métodos para a perfeita execução do objeto;
- 9.3.14. Exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho;
- 9.3.15. Determinar a retirada de qualquer empregado subordinado direta ou indiretamente à CONTRATADA, inclusive empregados de eventuais subcontratadas, ou as próprias subcontratadas que, a seu critério, comprometam o bom andamento dos serviços;
- 9.3.16. Receber designação e manter contato com o preposto da CONTRATADA, e se for necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na entrega dos serviços;
- 9.3.17. Manifestar-se nos pedidos de alterações contratuais quanto à regularidade da contratação;
- 9.3.18. Verificar a correta aplicação dos materiais;
- 9.3.19. Requerer das empresas testes, exames e ensaios quando necessários, no sentido de promoção de controle de qualidade dos serviços a serem adquiridos;
- 9.3.20. Recomendar ao Gestor de Contratos e ao Ordenador de Despesas a aplicação de sanções à CONTRATADA;
- 9.3.21. Zelar pelo fiel cumprimento de todas as obrigações da CONTRATADA previstas no termo de referência, no projeto básico e no contrato;
- 9.3.22. Exercer outras atividades compatíveis com a função.

**CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 10.1. A contratada será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:



**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026**

- 10.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato.
- 10.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.
- 10.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;
- 10.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, quando exigidas;
- 10.1.5. Não manter a proposta, inclusive no que tange à apresentação de amostra ou prova de conceito, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 10.1.6. Não celebrar o contrato/instrumento equivalente ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.
- 10.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 10.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 10.1.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 10.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 10.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 10.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.
- 10.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções:
  - 10.2.1. Advertência por escrito.
  - 10.2.2. Multa, não inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor da contratação;
  - 10.2.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Macaé, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
  - 10.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.



**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026**

- 10.3. A aplicação de sanções observará o devido processo administrativo, na forma da Lei Federal nº 14.133/2021, combinada com o artigo 29 e seguintes da Lei Municipal nº 4.960/2022.
- 10.3.1. As infrações classificadas como Dano Grave, nos termos do art. 3º, inciso II do Decreto Municipal nº 032/2026, poderão ensejar a aplicação cumulativa da sanção de multa com a de declaração de inidoneidade, observada a competência da autoridade superior e a demonstração de que sanções menos gravosas são insuficientes para reprovar as condutas.
- 10.4. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública.
- 10.5. As sanções previstas nos subitens **10.2.3** e **10.2.4** implicarão no descredenciamento do fornecedor no SICAF.
- 10.6. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 10.7. As sanções aplicadas serão obrigatoriamente registradas junto à Coordenadoria Geral de Contratos, bem como no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep).
- 10.8. A aplicação das sanções não exonera o infrator de eventual ação por perdas e danos que seu ato ensejar.
- 10.9. O valor das multas que, porventura forem aplicadas, serão descontadas da garantia respectiva Contratada. Se a multa aplicada for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a Contratada pela diferença a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo órgão gestor da contratação caso, cobrada judicialmente.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – EXTINÇÃO DO CONTRATO**

- 11.1. Constituem motivo para extinção do presente contrato, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo das penalidades nele previstas e na Lei Federal nº 14.133/2021, o descumprimento de qualquer de seus termos, cláusulas ou condições, a cessação de sua necessidade ou ocorrência de qualquer situação prevista no art. 137 da Lei de Licitações
- 11.2. No ato da rescisão contratual, a CONTRATADA prestará contas dos produtos que lhe tenham sido solicitados.



## **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026**

11.3. Constatados prejuízos decorrentes da atuação irregular da CONTRATADA no momento da rescisão, poderá o MUNICÍPIO efetuar a retenção de valores devidos à CONTRATADA, no limite suficiente à compensação dos mesmos.

11.4. Em qualquer hipótese de rescisão contratual, a CONTRATADA somente terá direito à remuneração pelos materiais fornecidos.

11.5. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de rescindir este Contrato, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a CONTRATADA cumpra integralmente a condição contratual infringida.

11.6.A CONTRATADA reconhece os direitos do MUNICÍPIO DE MACAÉ, em caso de extinção com fundamento no art. 138, I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – GARANTIAS**

#### **12.1. GARANTIA CONTRATUAL**

12.1. 12.1.1. Fica a Contratada obrigada a apresentar à Tesouraria do Fundo Municipal de Saúde, no prazo máximo de 10(dez) dias úteis, contado da data da assinatura do Contrato ou Instrumento equivalente, comprovante de prestação de garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do Contrato, com validade para todo o período contratual, mediante a opção por uma dentre as seguintes modalidades, caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia, seguro-garantia e fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, conforme Art. 96, caput, c/c §1º, incisos I, II e III da Lei Federal 14.133/21.

12.2. O presente Edital fixa o prazo de um mês, contado da data de homologação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia pelo contrato quando optar pela modalidade seguro-garantia.

12.2.1. O prazo de vigência da apólice será igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato principal e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora;

12.3. O seguro-garantia continuará em vigor mesmo se o contratado não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas.

12.4. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em Banco Oficial, em conta específica com correção monetária, em favor do Município de Macaé.



### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026**

12.5. A garantia, inclusive na modalidade seguro-garantia, poderá ser executada para ressarcimento do Município de Macaé e para pagamento dos valores das multas moratórias, multas punitivas, indenizações a ele devidas pelo Contratado, bem como de débitos da empresa para com os encargos fiscais, previdenciários e trabalhistas relacionados com o presente contrato, tais como: INSS, FGTS, impostos, salários, vales-transporte, vales-refeição e verbas rescisórias.

12.6. A Contratada fica obrigada a repor o valor da garantia quando esta for utilizada por cobertura de multas, desde que não tenha havido rescisão.

12.7. No caso de renovação da contratação, a Contratada deverá renovar a garantia.

12.8. Havendo aditivos de valor e/ou prazos, reajustes, atualizações, revisões ou repactuações, a Contratada reforçará a garantia, conforme o caso.

12.9. O prazo de vigência da garantia será igual ao de vigência da contratação, acrescido de 90 (noventa) dias após a última aplicação.

12.10. A garantia somente poderá ser levantada após o recebimento definitivo do objeto pela fiscalização.

12.11. A não observância do prazo fixado para apresentação da garantia estabelecida neste item acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor da contratação por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento).

12.12. O atraso superior a 30(trinta) dias úteis para a apresentação da garantia poderá acarretar a rescisão unilateral da contratação, sem prejuízo da multa prevista no subitem subsequente.

12.13. A apresentação da garantia não isenta as partes de suas obrigações e responsabilidades atribuídas no Termo de Referência e todas as documentações inseridas no **Processo Administrativo nº 401.699/2025**.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA– INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGURO, ETC.**

13.1. Correrão por conta exclusiva da CONTRATADA todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto desta contratação, bem como as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias à execução dos serviços, salvo as despesas a serem pagas pelo MUNICÍPIO, devidamente expressas neste contrato.

13.2. Se durante o prazo de vigência deste contrato, houver alteração e/ou criação das alíquotas de tributos ou encargos ou instituição de outros que incidam sobre o serviço objeto deste instrumento, o MUNICÍPIO DE MACAÉ procederá conforme a seguir:



**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026**

13.2.1. Caso haja diferença a maior, o MUNICÍPIO somente procederá ao pagamento mediante comprovação pela **Contratada** do ônus decorrente;

13.2.2. Na hipótese da **Contratada**, vir a beneficiar-se de isenções junto ao Fisco, o **MUNICÍPIO** procederá à revisão do custo indicado na data-base;

13.2.3. Serão consideradas, para fins desta cláusula, as alterações de tributos ou encargos que comprovadamente incidam sobre os insumos que compõem o objeto deste contrato.

13.3. O MUNICÍPIO se reserva o direito de solicitar à **Contratada** quando entender conveniente, a exibição dos comprovantes de recolhimento dos tributos e demais encargos devidos direta ou indiretamente, por conta deste instrumento.

13.4. Quando por disposição legal, o MUNICÍPIO for o responsável pelo recolhimento de tributos decorrentes deste contrato e, por exclusiva responsabilidade da **Contratada**, vier a responder por acréscimos e/ou outros encargos em decorrência de erro no faturamento por não cumprimento das condições que possibilitem o correto recolhimento dos tributos devidos, aqueles valores atualizados serão descontados da fatura que originou a incorreção, ou daquela que vier a ser apresentada imediatamente após a ocorrência do evento apontado.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – REGULARIDADE JUNTO AO INSS, FGTS E ICMS**

14.1. A CONTRATADA, no ato da celebração deste instrumento, declara que ficam mantidas todas as condições pertinentes contidas no artigo 68, III e IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, devendo imediatamente comunicar o MUNICÍPIO qualquer alteração que possa comprometer a manutenção de seus termos, bem como mantê-las atualizada.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – VINCULAÇÃO**

15.1. O presente Contrato fica vinculado ao Termo de Referência, ao edital de licitação e seus anexos, bem como à proposta do licitante vencedor, constantes do processo administrativo em epígrafe, nos termos do artigo 92, II da Lei Federal nº 14.133/2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES DO CONTRATO**

16.1. O MUNICÍPIO analisará, julgará e decidirá, em cada caso, as questões alusivas a incidentes que se fundamentem em motivos de caso fortuito ou de força maior, por intermédio de comissão especialmente designada para esse fim, a quem compete apurar os atos e fatos comissivos ou omissivos que se fundamentem naqueles motivos.

16.2. Este Contrato só poderá ser alterado ou modificado em qualquer de suas cláusulas mediante Termo Aditivo e em conformidade com o artigo 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.





## **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026**

16.3. Qualquer tolerância das partes no que diz respeito ao cumprimento no todo ou em parte, de qualquer das cláusulas e/ou condições contratuais, será considerado como concessão excepcional, não constituindo inovação do ajustado, nem precedente invocável pela CONTRATADA.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – CASOS FORTUÍTOS, DE FORÇA MAIOR OU OMISSOS**

17.1. As partes não serão responsabilizadas por fatos comprovadamente decorrentes de casos fortuitos ou de força maior, ocorrências eventuais cuja solução se buscará mediante acordo interpartes.

17.2. O MUNICÍPIO analisará, julgará e decidirá, em cada caso, as questões alusivas a incidentes que se fundamentem em motivos de caso fortuito ou de força maior, por intermédio de comissão especialmente designada para esse fim, a quem compete apurar os atos e fatos comissivos ou omissivos que se fundamentem naqueles motivos.

### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO**

18.1. A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos, nos termos do artigo 94 da Lei Federal nº 14.133/2021.

### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DISPOSIÇÕES FINAIS**

19.1. A administração do MUNICÍPIO analisará, julgará e decidirá, em cada caso, as questões alusivas a incidentes que se fundamentem em motivos de caso fortuito ou de força maior.

19.1.1. Para os casos previstos no caput, o MUNICÍPIO poderá atribuir a uma comissão, por este designada, a responsabilidade de apurar os atos e fatos comissivos ou omissivos que se fundamentem naqueles motivos.

19.2. Os agentes públicos responderão, na forma da Lei, por prejuízos que, em decorrência de ação ou omissão dolosa ou culposa, causarem o MUNICÍPIO no exercício de atividades específicas do cumprimento deste contrato, inclusive nas análises ou autorizações excepcionais nestas “Disposições Gerais”.

19.3. As exceções aqui referenciadas serão sempre tratadas com máxima cautela, zelo profissional, senso de responsabilidade e ponderação, para que ato de mera e excepcional concessão do MUNICÍPIO, cujo objetivo final é o atender tão-somente ao interesse público, não seja interpretado como regra contratual.

19.4. Para assegurar rápida solução às questões geradas em face da perfeita execução do presente contrato, fica desde já compelida a **Contratada** a avisar, por escrito e de imediato, qualquer alteração em seu endereço ou telefone.



**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026**

19.5. Quaisquer tolerâncias entre as partes não importarão em novação de qualquer uma das cláusulas ou condições estatuídas neste contrato, as quais permanecerão integras.

19.6. Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente e indevidamente fundamentados, e a aceitação da justificativa ficará a critério do MUNICÍPIO.

19.7. Em caso de conflito entre os termos do presente contrato e seus anexos, prevalecerá sempre o disposto no contrato.

19.8. Caso o presente instrumento seja assinado de forma digital ou eletrônica em datas diversas, considerar-se-á a data da última assinatura para fins de vigência.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA - CUMPRIMENTO A LEI FEDERAL Nº 12.846/13 E DECRETO MUNICIPAL Nº 207/15**

20.1. Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – CUMPRIMENTO DA LEI FEDERAL Nº 13.709/2018 (LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS – LGPD)**

21.1. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

21.2. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações, especialmente os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis, repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei Federal nº 13.709/2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

21.3. As partes responderão administrativa e judicialmente caso causarem danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à Lei Federal nº 13.709/2018.

21.4. Em atendimento ao disposto na Lei Federal nº 13.709/2018, o CONTRATANTE, para a execução do objeto deste contrato, tem acesso a dados pessoais dos representantes da CONTRATADA, tais como número do CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial e cópia do documento de identificação.



**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026**

21.5. A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei Federal nº 13.709/2018 e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DO USO DE MEIOS ADEQUADOS DE PREVENÇÃO E RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS**

22.1. Nos termos do Decreto Municipal nº 141/2024, as partes poderão utilizar meios adequados de prevenção e resolução de controvérsias para dirimir conflitos relacionados a direitos patrimoniais disponíveis do presente Contrato, quais sejam, a conciliação, a mediação, o compromisso, o comitê de resolução de disputas e a arbitragem.

22.2. São considerados direitos patrimoniais disponíveis:

22.2.1. questões relacionadas ao restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato;

22.2.2. indenizações;

22.2.3. inadimplemento de obrigações contratuais pelas partes;

22.2.3. penalidades contratuais e seu cálculo.

22.3. Não serão submetidas aos meios de prevenção e resolução as controvérsias relacionadas:

22.3.2. a direitos indisponíveis não transacionáveis;

22.3.3. à natureza e à titularidade públicas de serviços concedidos ou permitidos;

22.3.4. ao poder de fiscalização e de regulação;

22.3.5. à rescisão do contrato.

22.4. A utilização de meios adequados de prevenção e resolução de controvérsias deve ser preferencial à judicialização.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – FORO**

23.1. Para dirimir as questões oriundas deste contrato, será competente o Foro da Cidade de Macaé, Estado do Rio de Janeiro.

E por estarem assim, justas e contratadas, as partes assinam o presente contrato em 05 (cinco) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Macaé, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.  
Página 95 de 96



**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026**

\_\_\_\_\_  
MUNICÍPIO DE MACAÉ  
(Secretário Municipal)  
*Contratante*

\_\_\_\_\_  
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
RL XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
*Contratada*

**TESTEMUNHAS:**

\_\_\_\_\_  
RG. nº  
CPF nº

\_\_\_\_\_  
RG nº  
CPF nº